



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

Nº 156

PORTO VELHO-RO, SEGUNDA-FEIRA, 21 DE SETEMBRO DE 2015

ANO IV

SUMÁRIO

TAQUIGRAFIA	Capa
ADVOCACIA GERAL	3193
SEC. DE PLAN. E MOD. DA GESTÃO	3194

TAQUIGRAFIA

ATA DA 43ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

(Em 08 de Setembro de 2015)

Presidência dos Srs.
EDSON MARTINS - 1º Vice-Presidente
ALEX REDANO - Deputado
GLAUCIONE - 2ª Secretária
MAURÃO DE CARVALHO - Presidente

Secretariado pelos Srs.
LAERTE GOMES - Deputado
GLAUCIONE - 2ª Secretária

(Às 15 horas e 06 minutos é aberta a Sessão.)

DEPUTADOS PRESENTES: Adelino Follador (DEM), Aécio da TV (PP), Alex Redano (SD), Cleiton Roque (PSB), Dr. Neidson (PT do B), Edson Martins (PMDB), Ezequiel Júnior (PSDC), Glaucione (PSDC), Hermínio Coelho (PSD), Jean Oliveira (PSDB), Jesuino Boabaid (PT de B), Laerte Gomes (PEN), Lazinho da Fetagro (PT), Leo Moraes (PTB), Lúcia Tereza (PP), Marcelino Tenório (PRP), Maurão de Carvalho (PP), Ribamar Araújo (PT), Rosângela Donadon (PMDB), Saulo Moreira (PDT) e Só Na Bença (PMDB).

DEPUTADOS AUSENTES: Airton Gurgacz (PDT), Lebrão (PTN), e Luizinho Goebel (PV).

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) - Havendo número legal, sob a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta a 43ª Sessão Ordinária da 1ª Sessão Legislativa da 9ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Solicito ao Senhor Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O SR. LAERTE GOMES (Secretário *ad hoc*) – Proceda à leitura da ata da Sessão ordinária anterior.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo observação, dou-a por aprovada.

Solicito ao senhor Secretário que proceda à leitura do Expediente recebido.

O SR. LAERTE GOMES (Secretário *ad hoc*) – Proceda à leitura do Expediente recebido.

EXPEDIENTE RECEBIDO

01 – Mensagem 176/2015 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Suplementar por Anulação e por Excesso de Arrecadação, até o montante de R\$ 3.573.029,00, em favor da Unidade Orçamentária Secretaria de Estado de Assistência e Desenvolvimento Social – SEAS”.

02 – Mensagem nº 177/2015 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “Altera a Lei nº 3.402, de 30 de junho de 2014, que ‘Autoriza o Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes – DER/RO a proceder à contratação de pessoal para a execução de atividades de manutenção, conservação e operacionalização aeroportuária, por tempo determinado, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público’”.

MESA DIRETORA

Presidente: **MAURÃO DE CARVALHO**
1º Vice-Presidente: **EDSON MARTINS**
2º Vice-Presidente: **HERMÍNIO COELHO**

1º Secretário: **EURÍPEDES LEBRÃO**
2º Secretária: **GLAUCIONE RODRIGUES**
3º Secretário: **ALEX REDANO**
4º Secretária: **ROSÂNGELA DONADON**

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretário Legislativo - **Carlos Alberto Martins Manvailer**
Divisão de Publicações e Anais - **Róbison Luz da Silva**

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Rua Major Amarante, 390 - Arigolândia
CEP 76.801-911 - Porto Velho-RO

03 – Mensagem nº 178/2015 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “Dá nova redação ao artigo 43, da Lei nº 3.395, de 16 de junho de 2014 – LDO/2015 e ao artigo 8º da Lei nº 3.497, de 29 de dezembro de 2014 – LOA/2015”

04 – Ofício nº 1596/2015 – Ministério Público Estadual, encaminhando Projeto de Lei Complementar que “Dispõe sobre a alteração de cargos comissionados e funções gratificadas do Quadro Administrativo do Ministério Público do Estado de Rondônia e dá outras providências”.

05 – Ofício nº 036/2015 – SUDER, encaminhando resposta ao Requerimento nº 222/15, de autoria da Comissão de Habitação e Assuntos Municipais da ALE/RO.

06 – Ofício nº 573/2015 – Tribunal de Justiça, encaminhando cópia do acórdão referente à Lei nº 3.018/2013, que encontra-se aguardando trânsito em julgado.

07 – Ofício nº 00903/2015 – Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, informando que apreciou o Processo eletrônico nº 03494/15/TCE/RO, que trata de projeção de receita – exercício de 2016 do Governo do Estado de Rondônia.

08 – Convite s/n 2015 – Movimento em Prol da Instalação do Município de Extrema de Rondônia, convidando o Senhor Deputado Maurão de Carvalho para participar de uma Audiência Pública Popular, que será realizada em 03 de outubro de 2015.

09 – Ofício nº 026/2015 – Gabinete do Deputado Federal Luiz Cláudio, solicitando o Cerimonial desta Casa de Leis e 01 veículo com motorista para atender ao Seminário “A Ater que queremos e o Brasil precisa”, entre os dias 12 a 14 de setembro de 2015.

10 – Requerimento do Senhor Deputado Hermínio Coelho, justificando ausência na sessão do dia 19 de agosto de 2015.

11 – Requerimento do Senhor Deputado Leo Moraes, justificando ausência na sessão do dia 02 de setembro de 2015.

12 – Requerimento da Senhora Deputada Glaucione, justificando ausência na Sessão do dia 12 de agosto de 2015.

13 – Requerimento do Senhor Deputado Luizinho Goebel, justificando ausência nas Sessões dos dias 18 e 19 de agosto de 2015.

Lido o Expediente recebido, senhor Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Lido o Expediente, passamos às Breves Comunicações.

Com a palavra o ilustre Deputado Laerte Gomes, por 05 minutos, sem apartes.

O SR. LAERTE GOMES – Senhor Presidente, senhores Deputados, vou ser bem rápido aqui no Pequeno Expediente, que no Grande Expediente, Deputado Jean, quero falar de um tema

hoje importante de um Convênio realizado no IDARON entre a Junta Comercial e o SEBRAE para darmos agilidade na abertura de pequenas empresas do Estado de Rondônia. Mas eu queria aqui parabenizar, Deputado Ezequiel, a Diretoria da APEAL, no Município de Alvorada do Oeste, que realizou a 23ª EXPOAL, da qual eu fui presidente dessa mesma Associação há 12 anos e a atual presidência sob a presidência do Rodrigo Cardoso, toda a diretoria, organizaram no último final de semana de agosto uma grande festa. Quatro dias de festa, de negócios lá, um agronegócio muito forte, exposição de animais, comércio local presente, as empresas expõem. E além, lógico, da atração maior, que é o Rodeio, Deputada Rosângela. Mais de 25 mil pessoas passaram por aquele Parque, Deputado Ribamar, nas quatro noites, e fazendo uma festa maravilhosa.

Salientar também, Deputado Edson, Presidente, Vossa Excelência que é da nossa região, que as quatro noites tiveram os portões abertos, não foi cobrado ingresso, dando oportunidade para que toda a população, não só do Município de Alvorada, mas da região Central, pudesse participar, Deputado Lázinho. Tanto os grandes proprietários como os pequenos, como as pessoas mais simples tiveram condições de ver aquele espetáculo, de ver aquela festa bonita com shows de André e Felipe, que é um show gospel, dupla gospel que fez um show muito bonito lá. A Banda Versalle aqui de Porto Velho que recentemente esteve no programa da Globo. E no sábado a dupla Cleber e Cauan cantou para mais de doze mil pessoas lá no Parque de Exposição, com entrada franca para toda a população.

Nós contribuimos com uma Emenda Parlamentar para que a festa fosse realizada, no valor de R\$ 150.000,00, para que pudesse ter esse evento, e a gente ficou muito feliz, Deputado Ribamar, de ver o resultado, o público presente, participando sem comprar ingresso, sem nada e se fazendo ali, Deputado Ezequiel, muitos negócios naquela feira, saíram muitos negócios. Muitos produtores fizeram financiamento consequentemente para investir nas suas propriedades, gerar renda e gerar emprego também no nosso Município.

Então, eu queria parabenizar a Diretoria da APEAL de Alvorada do Oeste, que realizou a EXPOAL. E também aproveitar, neste último final de semana estive no Município de São Francisco, na EXPOVARE também, uma Feira Agropecuária muito forte. São Francisco hoje é um dos Municípios, Deputada Lúcia, no setor do agronegócio, dos mais fortes do Estado de Rondônia. Crescendo muito, um Município muito forte, um Município muito rico, principalmente na questão da pecuária, dos maiores produtores de carne hoje, que produzem carne no Estado de Rondônia, o Município de São Francisco, com a administração da Prefeita Lebrinha. Mas queria aqui ressaltar o apoio e a gestão do Doutor Emerson, que é o Presidente da Associação, e toda a sua Diretoria, por ter feito e realizado este grande evento.

Então, eu queria aqui deixar isso dito, senhor Presidente, também agradecer ao Governo do Estado e ao Presidente Maurão de Carvalho, ao Governo que liberou os recursos para a Exposição de Alvorada e ao Presidente Maurão, que esteve presente conosco no sábado participando da Festa, ficou lá até de madrugada e viu a força do agronegócio na nossa re-

gião, o agronegócio misturado com o entretenimento, com certeza a população saiu satisfeita do evento.

Sem mais, Presidente, obrigado pelas palavras.

O SR. EDSON MARTIN (Presidente) - Obrigado, Deputado Laerte Gomes. Com certeza essa festa que é a tradição do nosso povo, é a cultura do nosso povo, que é a Festa do Peão de portão aberto. Também esse ano lá em Urupá foi um sucesso. Todas as pessoas realmente participaram e foi muito bom. Parabéns ao Deputado Laerte que colocou recursos lá para liberar os portões ali para a Festa em Alvorada do Oeste.

Ainda nas Breves Comunicações, concedo a palavra ao ilustre Deputado Jean Oliveira, por cinco minutos, sem apertes.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Boa tarde, senhoras e senhores Deputados. Quero cumprimentar o Deputado Edson Martins, o qual preside a Sessão no momento. Eu vim aqui, Deputado Lazineho, para fazer crítica à EMATER, não à gestão da EMATER, eu não vim criticar aqui a forma de trabalhar do Luiz Gomes, que é Secretário, e nem do Adjunto Arimatéia, eu vim criticar aqui a pessoa que deu oportunidade ao Sr. Márcio Milani, que assumiu um cargo de importância na EMATER, cargo esse que representa, Deputado Edson Martins, Deputado Laerte, Deputado Lazineho, a movimentação de técnicos, a distribuição de técnicos no Estado de Rondônia, ou seja, a ele se incumbiu a missão de resolver problemas de demanda de técnico, onde tem escritório, Deputada Lúcia Tereza, que tem técnico demais e outros não têm quase nenhum trabalho técnico, demanda de pessoal. Só que ele utiliza desse cargo, dessa função que seria para organização dessa empresa que é a EMATER para fazer o mal, para perseguir, para oprimir o técnico da EMATER que ultimamente tem trabalhado sem saber o futuro, nesse mandato ainda, nessa legislatura, nós tivemos aqui, presenciamos a demissão de 30 funcionários. E o que acontece? Os demais técnicos que permaneceram ficam sem saber como é que vai fazer, porque hoje a empresa pública EMATER simplesmente necessita de um ofício direcionado a esse técnico dizendo: “que ele não tem mais necessidade, a EMATER não tem mais necessidade dos seus serviços”. E aí pronto. A história do cidadão, Deputado Edson Martins, acabou dentro da EMATER, só basta um ofício encaminhado pela Presidência e acabou, e aí esse senhor chamado Márcio Milani utiliza desse desconforto que a EMATER vem sofrendo, dessa falta de uma política efetiva e ele vem se aproveitando para oprimir os técnicos. O técnico que não condiz com a forma dele de fazer política, ele transfere de um lugar para outro, quando não, ameaça de mandar embora, ou seja, eu já disse aqui neste Plenário, e volto a repetir, é o maior assediador moral da história daquela instituição, daquela EMATER, é o maior assediador moral. Isso porque nós estamos falando agora posterior às eleições, porque na época de eleição, Deputado Ribamar, oprimia o técnico, o técnico que não trabalhasse para quem ele queria, ele mandava e transferia de escritório e não estava nem ligando se o técnico tinha família morando naquele município, não estava nem ligando para quanto tempo a história do técnico, não estava muito menos se importando se aquele técnico atendia as famílias no campo e o vínculo que o mesmo tinha com essas famílias, produtores rurais, que é quem, Deputado Lazineho, faz

com que a economia deste Estado cresça. Vossa Excelência que trabalha com o pequeno produtor, com a agricultura familiar, e o foco da EMATER é esse, uma pessoa como essa vem acabando com a tranquilidade desses outros técnicos a trabalharem e fazer bem para o nosso Estado.

Então, eu venho aqui, diante desta Casa dizer que as informações que a Casa Civil me deram de que esse assediador moral estava fora, estão equivocadas, eu sei que aqui no Plenário tem até Assessores da Casa Civil, eu gostaria que informassem ao Chefe da Casa Civil de que aquilo que me foi informado não é verdade, o Márcio Milani continua exercendo a função de assediar moralmente os técnicos deste Estado, técnico da EMATER. Eu pedi para que tirassem essa pessoa de lá, a pedido de centenas de técnicos da EMATER e até hoje não foi atendida a promessa de que essa pessoa seria remanejada e que seria colocada na sua devida função, foi prometido a mim, mas não foi cumprido. E eu venho aqui dizer que o que a Casa Civil me informou que não passa de uma informação errada, peço que a Casa Civil tome medidas urgentes contra esse cidadão que tem nome chamado Márcio Milani, tem história dentro da EMATER, já foi regional de Porto Velho, assediou moralmente essa região inteira e hoje está tendo oportunidade de assediar o Estado de Rondônia por inteiro.

Então, eu continuo pedindo ao Governo do Estado e à Casa Civil que tomem postura, que tomem as medidas que são necessárias para acabar com esse cidadão cometendo assédios morais na EMATER.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Obrigado, Deputado Jean. Ainda nas Breves Comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Léo Moraes, por 05 minutos, sem apertes.

O SR. LÉO MORAES – Quero desejar uma ótima tarde a todos os nossos colegas; saudar o Presidente em exercício, Deputado Edson Martins; cumprimentar todos os Deputados estaduais presentes na Sessão, em nome do sempre bem alinhado Deputado Ezequiel Júnior. Gostaria de cumprimentar a toda a galeria que aqui está para nos prestigiar e acompanhar esta Sessão Ordinária. Dizer que a Deputada Lúcia Tereza e a belíssima Deputada Rosângela Donadon, dizer que nós estivemos numa viagem acerca de mobilidade urbana, juntamente com o Deputado Laerte e o Deputado Dr. Neidson, e lá nós assistimos, talvez, uma das palestras que mais me acrescentou nesse tema, com o ex-Deputado estadual do Rio Grande do Sul, Deputado do PDT, que inclusive ficou compromissado em vir até aqui, Rondônia, para debater mobilidade urbana para a Capital e para os outros municípios interessados.

E por conta da efetiva demanda que existe, principalmente em Porto Velho, nós vamos aqui propor, apresentar a criação de uma Frente Parlamentar de Mobilidade Urbana nos municípios e eu gostaria de pedir o apoio dos nobres Pares para que nós possamos, de uma vez por todas, tratar essa agenda como prioridade na nossa Capital, de preferência, haja vista que Porto Velho, Deputada Lúcia Tereza, é uma das Capitais, talvez a Capital que mais mata no país proporcionalmente, por conta do trânsito, do transporte. Espigão d'Oeste, a senhora disse que também está passando por uma séria crise nesse sentido e isso vai desaguar em outros setores da

administração pública, principalmente na área da saúde, onde o Hospital João Paulo II, que é um hospital de média e alta complexidade, acaba tendo que acomodar, comportar, acolher todas as pessoas, Deputado Lazinho, vítimas de fraturas e de traumas por conta desse nosso trânsito desenfreado. E a Capital do município, em sua administração, não tratou isso, em sua agenda, como prioridade, prova maior é que nós perdemos 90 milhões de reais para tratar a mobilidade urbana, que era um projeto vindo do Ministério das Cidades, inclusive com o apoio do atual Prefeito, na época, na condição de Deputado Federal, e por falta de projeto técnico, nós perdemos uma grande oportunidade de dar um salto de qualidade nas nossas vias. Porque trata de todo conjunto, é harmonização do nosso trânsito, sincronização dos nossos semáforos, padronização das nossas calçadas, pisos táteis, alimentadores, frota de ônibus, tudo que diz respeito ao direito de ir e vir na Capital do Estado de Rondônia e não foi feito como deveria, simplesmente nos trazendo a conotação de que a administração municipal trabalha de costas ao interesse público.

Então, por conta disso, nós vamos tomar as rédeas dessa discussão e vamos criar aqui no Estado de Rondônia, através do nosso pedido, que é um pedido coletivo, principalmente nosso, junto com o Deputado Laerte Gomes e também o Deputado Dr. Neidson, vamos criar a Frente Parlamentar da Mobilidade Urbana nos municípios, assim como ocorre em tantos outros Estados, eu gostaria de passar a informação para todos vocês. No Grande Expediente eu voltarei a esta tribuna para fazer algumas críticas e algumas menções da falta de administração, principalmente no município de Porto Velho. Muito obrigado.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Obrigado, Deputado Léo Moraes. Ainda nas Breves Comunicações, concedo a palavra ao ilustre Deputado Cleiton Roque, por cinco minutos, sem apartes.

O SR. CLEITON ROQUE – Senhor Presidente, cumprimentar, em seu nome, todos os Deputados que estão compondo a Mesa neste momento, Deputados aqui no Plenário, funcionários desta Casa de Leis, público aqui que acompanha na galeria desta Casa, da Assembleia Legislativa, cumprimentar as pessoas que estão nos vendo pelos veículos de comunicação.

Senhor Presidente, eu venho a esta tribuna hoje, nesta tarde, para elogiar o trabalho que está sendo desenvolvido pelo Coronel Caetano à frente do DER, na obra que trata da construção do Anel Viário aqui de Porto Velho, essa obra que vai interligar parte da reestruturação portuária que está acontecendo no município e que praticamente vai tirar uma boa parte do fluxo dos veículos pesados que atualmente utilizam as principais rodovias, o Contorno Norte, que nem disse o Deputado Léo, eu tive a oportunidade de visitar uma obra de mais de 20 quilômetros, já foi feito mais da metade, um grande investimento por parte do Governo do Estado, que tem o Coronel Caetano à frente, fazendo um grande trabalho, somado a isso com a obra do Anel Viário também, no município de Ji-Paraná, onde o Governo do Estado assumiu a responsabilidade de execução direta e lá tem os Deputados que têm cobrado constantemente esta obra, o Deputado Laerte, o Deputado Airton, que são da região. E de fato essa obra vai ajudar

a segunda maior cidade do Estado de Rondônia, que de fato todos nós vamos ser beneficiados, até porque quem utiliza a BR-364, quando chega no entroncamento do município de Ji-Paraná sabe a dificuldade que é para que você possa fazer, a demora é muito grande, então, o Anel Viário resolve parte desse problema.

Então, eu estou aqui para parabenizar, nós tivemos a oportunidade de visitar lá uma grande obra do Governo do Estado, que muitas vezes as pessoas não sabem o que está acontecendo. E aqui eu quero enaltecer, quando os Secretários, quando os entes do Governo não dão conta do recado, taticamente os Deputados vêm aqui, criticam, levantam a discussão, mas quando as coisas dão certo também, é necessário que nós façamos o mesmo, venha aqui enaltecer.

Eu quero aqui deixar claro a satisfação em ter hoje o Coronel Caetano à frente do DER e dando conta, atendendo as principais demandas, enfim, de um dos órgãos mais importantes do Governo do Estado, e que ajuda de fato se as ações estão dando certo. O Governo vai bem, se está dando errado, com toda certeza a Assembleia é muito provocada e muito questionada contra isso.

Era isso que eu tinha no momento, deixar clara a nossa satisfação, dar conhecimento aqui do Contorno Norte, essa grande obra do Governo no Município de Porto Velho.

Muito obrigado, senhor Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Obrigado, Deputado Cleiton Roque. Parabéns aí pelas suas palavras. Ainda nas Breves Comunicações. Passamos ao Grande Expediente.

Com a palavra o nobre Deputado Laerte Gomes, por vinte minutos, com apartes.

O SR. LAERTE GOMES – Senhor Presidente, senhoras e senhores Deputados, o que me traz aqui a esta tribuna, senhor Presidente, novamente, é para tratar de um tema que eu considero, Deputado Jean, muito importante. Um convênio que foi realizado entre AROM, Associação Rondoniense dos Municípios, Deputado Cleiton Roque, entre uma parceria do SEBRAE junto com a Junta Comercial do Estado de Rondônia. E para nossa alegria, e a gente espera que essa parceria e esse convênio, eu vou ler alguns dados aqui, que possam realmente se tornar realidade, Deputado Cleiton, fruto também daquele convite que Vossa Excelência fez ao Presidente da JUCER, onde nós debatemos com ele lá sobre o sistema que a AROM tem e que disponibilizou no ano de 2011 ao Governador Confúcio Moura, quando eu era Presidente da AROM, nós adquirimos um sistema, o sistema da REDESIM, que contemplava, Deputado Dr. Neidson, o Diário Oficial dos Municípios, Deputada Lúcia, Vossa Excelência foi Prefeita, a Nota Fiscal Eletrônica e essa ferramenta de interligação para que a gente possa reduzir, diminuir a burocracia e reduzir o prazo de abertura de empresas aqui no Estado de Rondônia. Só para ter uma noção dentro dessas ferramentas que é da AROM e que nós adquirimos quando Presidente daquela entidade, e que na época que nós oferecemos ao Governador do Estado, e eu pessoalmente conversei com ele em uma reunião, Deputada Rosângela, o Governador gostou porque conhecia, encaminhou na época ao então Presidente da JUCER, Gilvan, o sobrenome dele me faltou à memória, Gilvan Ramos, e o Gilvan Ramos, não sei por

que era um produto aqui da AROM, daqui da terra, disse que ia buscar um produto que o Governo de Minas Gerais estava desenvolvendo que era muito mais rápido e vantajoso para o Estado. Até hoje não chegou, às vezes está vindo de carro de boi, Deputado Ezequiel, porque até hoje nós ainda infelizmente demoramos ainda noventa, cem dias para abrir uma empresa aqui em Rondônia por falta desse tema. Mas como nunca é tarde para se buscar o que é melhor, agora com o novo Presidente, eu quero parabenizar o novo Presidente da Junta Comercial, me faltou à memória o seu nome, Vladimir, buscou essa parceria com a AROM, essa ferramenta de graça, de graça que a AROM está disponibilizando para o Estado com apoio do SEBRAE e vamos interligar os municípios do Estado e a União como forma de darmos agilidade na abertura das empresas. Mas dizer, senhor Presidente, que a Associação Rondoniense dos Municípios, AROM, está empenhada em implantar a rede nacional para a simplificação do registro da legalização de empresas e negócios da REDESIM, Deputada Lúcia, que trata da Lei Federal nº 11.598/07, em razão de aproximadamente 40% das empresas registradas na Junta Comercial e na Receita Federal do Brasil (RFB) não estarem legalizadas perante os municípios, situação que além de ensejar enorme sonegação fiscal, causando prejuízo ao erário municipal, deixa os cidadãos, e aqui é muito mais grave, Deputada Lúcia, empreendedores, não só à margem da legalidade, mas, sobretudo, sem acesso a financiamento, Deputado Dr. Neidson, a crédito, a compras governamentais, a benefícios sociais e previdenciários, Deputado Lazinho, dentre tantas outras perdas que essas pessoas que estão na informalidade e por muitas vezes por culpa dessa burocracia não estão na legalidade, não têm acesso a esses benefícios.

O objetivo precípua da REDESIM é reduzir a burocracia existente para a legalização de empresas e negócios do país - uma das principais razões pelas quais o Brasil segue mal avaliado em *rankings* internacionais de competitividade - tornando a legalização mais atraente para o cidadão empresário, principalmente às Microempresas, às Empresas de Pequeno Porte e aos Empreendedores Individuais que respondem por mais de 90% das empresas constituídas aqui no nosso Estado.

Como é de conhecimento de Governos e municípios, a efetiva implantação da REDESIM se dá por meio do sistema integrador estadual que realiza a integração do Cadastro Sincronizado Nacional - CADSINC, da Receita Federal do Brasil e os diversos órgãos estaduais e municipais envolvidos no processo de abertura, alteração e baixa de empresas e visa disponibilizar na internet um ambiente favorável que permita ao cidadão empreendedor realizar todo o processo de formalização ou legalização de seu empreendimento por meio de contato único com a administração pública, tornando-o muito mais célere e reduzindo a burocracia que existe atualmente.

Para se ter uma ideia, Deputado Ezequiel, para se ter uma noção, para se abrir uma empresa, eu já disse isso no começo, hoje no nosso país, aqui em Rondônia, onde não tem o Sistema Interligado, são quase 100 dias, Deputados Lazinho. E quanto você interliga nesse sistema, o cidadão no computador da casa dele, em poucas horas, ele está com uma empresa constituída. No ano de 2008, a Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul - FAMURS, eu e o Deputado Léo estivemos lá semana passada, o Deputado Dr. Neidson,

arcou com os custos de desenvolvimento da plataforma SIGVOX, que contempla o Sistema Integrado de Publicações Legais - SIGPub, o Sistema Integrado de Gestão do ISS, que já está começando funcionar aqui em Rondônia, o Sistema Integrado da REDESIM, SIGFácil, bem como o Sistema dos Diários Oficiais dos Municípios. Só para você ter uma ideia, Deputado Adelino e Deputada Lúcia, Vossas Excelências foram Prefeitos e participaram ativamente da AROM, só este ano, de janeiro a agosto de 2015, os municípios economizaram com publicação no Diário Oficial do Estado: dois milhões seiscentos e setenta mil reais. O município de Espigão, do qual Vossa Excelência foi Prefeito, de janeiro a julho, economizou cinquenta mil reais com a não obrigação mais de publicar no Diário Oficial do Estado, publicando no Diário Eletrônico dos municípios da AROM que é reconhecido hoje pelo Tribunal de Contas do Estado. Então, um sistema totalmente legal. Em 2009, a FAMURS, iniciou o compartilhamento dessa plataforma e da infraestrutura tecnológica em que ela encontra-se hospedada com diversas entidades associativas de municípios e órgãos estaduais, possibilitando cada um deles a utilização de quaisquer dos sistemas contemplados, arcando tão-somente com os custos de manutenção Data Center e suporte técnico.

Atualmente a Plataforma SIGVOX é mantida de forma consorciada por 16 associações estaduais e municípios: RO, RS, PR, SP, RJ, MG, entre tantos outros, 05 Governos estaduais através das suas respectivas Juntas Comerciais: AL, PB, RN, AM e PR e pelo SEBRAE do Estado do Amapá. Ao todo, são aproximadamente 1.240 municípios usuários, mais de 6.500 órgãos municipais (Finanças, Administração, Meio Ambiente, Vigilância Sanitária, Planejamento Urbano, Saúde e Educação), bem como 30 órgãos estaduais, quais sejam: as Juntas Comerciais, Secretaria de Fazenda, órgãos Ambientais, órgãos de Vigilância Sanitária, Corpo de Bombeiros dos Estados, enfim, desde agosto de 2009 a AROM aderiu a esse projeto consorciado e passou a ter acesso à Plataforma SIGVOX, disponibilizando aos municípios rondonienses o sistema denominado *SIGPub* utilizado por 384 órgãos em 49 municípios, tendo assumido também a responsabilidade de custear a manutenção do ambiente computacional e o suporte técnico da SIGFácil para todos os órgãos municipais envolvidos na REDESIM. Então, quer dizer que nós estamos em 49, Deputado Lazinho, municípios nas publicações hoje no Diário Oficial, sem custo nenhum para os municípios, porque quando o município contribui com a AROM ele contribui pela forma de representatividade, a AROM representa os municípios, os trabalhos que são feitos pela associação não tem custo aos Municípios. Além de atender a todas as especificações de Comitê Gestor Nacional da REDESIM e da Receita Federal do Brasil, o SIGFácil possui diversas outras funcionalidades para atender as demandas específicas dos Municípios, o que significa dizer que aqueles que desejam aderir a REDESIM não precisarão realizar qualquer investimento em sistemas ou infraestrutura para simplificar e automatizar os processos de legalização da empresa. Aqui, quando nós colocamos, na época o Governador, de graça, sem custo, Deputado Ezequiel, sem custo nenhum para o Estado, o Dr. Gilvan preferiu ir atrás de Minas Gerais e uma proposta de dois milhões de reais no sistema deles para o Estado parece-me que não foi para a frente,

segundo o Presidente da Junta Comercial não foi para a frente, mas a ideia era investir dois milhões numa parceria de Governo de Minas para buscar essa ferramenta que existia de graça aqui na Associação Rondoniense dos Municípios. Se consideramos que o processo de legalização da empresa envolve em média 4 órgãos por Município no Estado, temos cerca de 204 órgãos municipais integrados a REDESIM e apenas 5 órgãos estaduais. Além do SIGFácil não existir qualquer tipo de investimento por parte dos Municípios, permitirá que uma única plataforma tecnológica eles possam gerenciar o processo de legalização de empresas, fiscalizar a arrecadação do principal tributo municipal que é o ISS e realizar as publicações legais em email eletrônico. Em uma única interface o usuário tem acesso aos 3 sistemas, facilitando o aprendizado e a própria utilização do SIGFácil.

Entendemos, Senhor Presidente, que o SIGFácil possa representar ganhos efetivos para o Estado de Rondônia, Deputado Alex, tanto na facilidade e agilidade da sua implantação junto aos Municípios quanto em relação à real simplificação dos processos que já estão incorporados no sistema, como também na redução de custos relacionados à manutenção do ambiente computacional e a manutenção preventiva e evolutiva do SIGFácil, uma vez que esses já são compartilhados por vários Estados. Tendo em vista a AROM, Associação Rondoniense dos Municípios, possuir o acesso ao SIGFácil, e principalmente por acreditarmos que a solução que melhor atende às demandas dos órgãos municipais e para tanto a AROM disponibilizou gratuitamente o acesso à ferramenta para os órgãos estaduais e para os órgãos municipais envolvidos no processo da abertura, alteração e baixa de empresas. Bem como compartilhará o ambiente do Data Center em que a ferramenta encontra-se hospedada, sem qualquer custo de investimento em aquisição de licença, locação de softwares ou aquisição de infraestrutura. Custeará, também, as despesas relacionadas à manutenção do ambiente computacional e o suporte técnico.

Em pesquisas, Senhor Presidente, realizadas junto aos Estados que utilizam o SIGFácil como sistema integrador da REDESIM, observamos que todos adotam procedimento semelhante (os Estados de Alagoas, do Amapá, Amazonas, Paraíba, Rio Grande do Norte e do Paraná). À exceção única do Estado de Alagoas, todos os demais têm termo de cooperação técnica entre a Junta Comercial, a Associação de Municípios e o SEBRAE local, assumindo cada um dos convenientes responsabilidades peculiares a cada órgão. Em Alagoas, em que pese o SEBRAE não ter celebrado convênio, atuou efetivamente em todo o processo de implantação da REDESIM.

Acreditamos, Senhor Presidente, que a convergência de esforços da AROM, e aí eu quero solicitar aqui e parabenizar o Presidente da AROM, Presidente Marinho, por ter dado continuidade a este projeto que nós iniciamos quando estávamos à frente daquela instituição, da JUCER, através do Vladimir atual Presidente, Deputado Cleiton, e do SEBRAE através do Superintendente, aliado ao trabalho consorciado dos municípios, propiciará o ambiente favorável para o fomento do empreendedorismo no Estado, principalmente para as microempresas e empresas de pequeno porte que respondem pela grande maioria da geração de empregos em Rondônia, bem como, com certeza, irá promover o incremento da econo-

mia por meios de novos postos de trabalho, expansão do comércio e legalização dos negócios já iniciados.

Queria dizer, senhor Presidente, e mais uma vez felicitar e torcer, agora com acompanhamento desses órgãos e desta Casa também, através da Comissão de Finanças e Orçamento, Deputado Cleiton, acompanhamento dessa parceria, desse convênio, para que de fato, com essa largada que foi dada, para que de fato isso possa avançar e possa desenvolver. Nós vivemos um momento de uma crise gravíssima, tanto uma crise política, mas uma crise econômica grave e se isso é alternativa, alternativa para buscar, Deputada Lúcia, mais receitas, não precisa aumentar os impostos, não, é só dar oportunidades àqueles que estão na informalidade de virem para a legalidade que com certeza eles também querem pagar seus impostos, porque querem ter acesso previdenciário, acesso ao crédito e se tornarem pessoas jurídicas legalizadas. Então, é uma oportunidade...

A Sra. Lúcia Tereza – Questão de ordem, Sr. Presidente?

O Sr. Cleiton Roque – Me concede um aparte, Deputado?

O SR. LAERTE GOMES – Já vamos conceder, é uma oportunidade que o Estado agora junto com a AROM, com a Junta Comercial, com o SEBRAE está dando para trazermos com certeza em Rondônia milhares e milhares de empresas para a legalidade. Deputada Lúcia, depois Deputado Cleiton.

A Sra. Lúcia Tereza – Gostaria mais uma vez de parabenizá-lo, e o senhor traz vários assuntos, todos tão importantes e a admiração que eu tenho é porque Vossa Excelência tem atitude, e eu quero somar com Vossa Excelência e dizer que todos esses problemas e todas essas soluções, pelo menos para minimizar os problemas que Vossa Excelência apresentou, é igual para outros municípios, como é o caso de Espigão d'Oeste que nós temos problemas semelhantes, então o que Vossa Excelência evoluir serve para todos nós do Estado de Rondônia. Mais uma vez, parabenizar e dizer que vai dar certo, não é fiscalizar, vamos acompanhar para melhorar, para ser mais rápido, que isso realmente venha acontecer mais rápido, tudo isso o mais rápido possível e dar os parabéns por Vossa Excelência trazer vários assuntos tão importantes, globalizando realmente a não discriminação, a valorização de quem trabalha, de quem quer trabalhar e de quem produz, isso é valorizar. E outra coisa, sem custo praticamente, sem ser parasita de Governos. Eu gostaria, mais uma vez, gostaria não, eu quero aqui lhe parabenizar, agradecer pela somatória que Vossa Excelência faz neste discurso desta terça-feira.

O SR. LAERTE GOMES – Obrigado, Deputada Lúcia. Deputado Cleiton com aparte.

O Sr. Cleiton Roque – Deputado Laerte, eu quero de fato me juntar a Vossa Excelência neste seu pronunciamento, principalmente quando Vossa Excelência traz ao público que nos acompanha já algumas ações que foram desenvolvidas em menos desses 08 meses, que Vossa Excelência citou a mudança de comportamento por parte da Presidência da Junta Comercial, que adotando, levando para a frente uma proposta

que já tinha sido debatida num momento anterior e acatando a sugestão de Vossa Excelência, e nós estávamos participando de uma reunião na Comissão de Indústria e Comércio, nós tínhamos convocado o Presidente da JUCER assim que ele assumiu para a gente saber, fazer um levantamento dos principais problemas enfrentados pela instituição e o que nós poderíamos ajudar para que de fato melhorasse. Vossa Excelência sugeriu esse convênio, esse termo de cooperação técnica com a AROM diminuindo significativamente o custo do Estado, enfim. Então, eu quero enaltecer a sua ação parlamentar, deu certo, dizer que a expectativa da própria Junta Comercial é positiva e de fato sana um problema que já vinha se arrastando por mais de 04 anos. Então, eu quero enaltecer Vossa Excelência e dizer que nós estivemos participando a semana passada, junto com o Deputado Adelino Follador e o Deputado Airton que provocou a reunião na FECOMÉRCIO para tratar também de outros temas relacionados ao Conselho Regional de Contabilidade, a FECOMÉRCIO, enfim, os comerciantes do Estado de Rondônia, de fato, naquela adequação, na legislação do ICMS, acompanhamos até o final onde foi feito o entendimento entre Governo e a classe empresarial, então de fato demonstra o comprometimento da Assembleia e a atenção da Assembleia, principalmente com os problemas vividos pelos nossos empresários do nosso Estado e os nossos comerciantes. Quero parabenizar Vossa Excelência por uma indicação sua e que de fato deu certo e gerou de fato economia para os cofres do Estado, do Governo do Estado de Rondônia.

O SR. LAERTE GOMES – Obrigado, Deputado Cleiton. E o mais importante, que eu tenho certeza que vai gerar muita arrecadação sem aumentar impostos, só nós buscamos quem está na ilegalidade trazer para a legalidade, isso vai beneficiar e fortalecer os cofres do Estado, mas conseqüentemente, também, Deputado Adelino, vai fortalecer os cofres municipais que já estão tão abalados, estão cambaleando na questão de ISS e tantos outros tributos, o ICMS, lógico, a parte dos municípios, mas a questão do ISS também, Deputada Glaucione, vai contribuir muito.

Então, eu gostaria aqui de mais uma vez parabenizar essa ação. Dizer que nós estivemos a semana passada no Rio Grande do Sul e a gente viu, Deputada Glaucione, uma crise, Deputado Adelino, gravíssima, e é hora de nossos governantes buscarem a criatividade, buscarem receitas para não acontecer aquilo que está acontecendo lá, parcelamento de salários, os servidores na rua em greve e quando se fala em buscar receita, você jamais pode falar em aumento de tributo, porque o nosso povo, Deputado Alex, não suporta mais pagar imposto, a carga tributária neste país é insuportável, mas nós temos que buscar os grandes sonegadores.

Eu estava lendo esses dias uma matéria, já vou concluir, Sr. Presidente, Deputada Rosângela, as maiores empresas que devem imposto aos cofres públicos, as grandes empresas do país, é algo absurdo, são bilhões e bilhões e nada acontece. Quando o pequeno está lá com o tributo atrasado, Deputado Adelino, acaba com a vida dele, não tem certidão, não tem nada. Então, eu acho que é o momento agora, já que estão passando o Brasil verdadeiramente, Deputado Marcelino, a limpo, é hora também de cobrar os impostos das grandes empresas que devem aos cofres públicos, porque devem lá, o impos-

to vem aqui para o Estado, vem para a União, vem para o Estado, e divide com os Municípios. E hoje eu acho que é nisso que tem que focar as atenções e os esforços, e não em aumentar tributos e aumentar impostos.

O Sr. Marcelino Tenório – Permita-me um aparte, Deputado Laerte.

O SR. LAERTE GOMES – Pois não, deputado.

O Sr. Marcelino Tenório – Deputado Laerte, eu gostaria de parabenizar Vossa Excelência pelo seu discurso. Mas também pelo tempo que Vossa Excelência foi Presidente da AROM. Que tudo que Vossa Excelência falou aí foi o momento de conhecimento e competência sua que ajuda muito nas dependências que o Estado tem. E como Vossa Excelência falou hoje, os Municípios hoje do Estado de Rondônia, a maioria deles, se não fosse a AROM, Deputado Laerte, ele quase não fazia no máximo 80% do que ele faz. E por essas condições de Vossa Excelência, não só como Prefeito por dois mandatos, mas também como Vossa Excelência foi, eu acho que dois mandatos consecutivos.

O SR. LAERTE GOMES – De Presidente.

O Sr. Marcelino Tenório – Presidente da AROM, que prestou muito bem esse trabalho, não só para os Prefeitos do Estado de Rondônia, mas também em decorrência de todos esses fatores, fez com que o Estado também se comovesse, é copiar o que AROM faz. E como Vossa Excelência falou aí, Deputado Laerte, nas suas palavras aí, nós temos conhecimento, Vossa Excelência esteve lá de fato vendo lá a situação do Rio Grande do Sul, e aqui em Rondônia, graças a Deus, por enquanto, não chegou a esse momento. E nas suas palavras sábias que o Estado possa visualizar aonde possa diminuir aquelas pessoas que não pagam seus impostos, e também cortar aonde não há necessidade de gastar com os recursos oriundos dos impostos das pessoas que assim trabalham e prestam esse grande serviço. Mas parabéns, novamente, Deputado Laerte, pela sua fala e pelo seu trabalho, não só como Prefeito, como Presidente da AROM e também aqui nesta Casa.

A Sra. Glaucione – Permita-me um aparte, Deputado?

O SR. LAERTE GOMES – Obrigado, Deputado Marcelino. Pois não, Deputada Glaucione.

A Sra. Glaucione – Deputado Laerte, quero parabenizar Vossa Excelência, o senhor está sempre preocupado aí, principalmente com essa questão fiscal de uma forma geral. Porque os Municípios, também sem recursos, a gente sabe que não produzem, não caminham, e o senhor esteve preocupado aí com a evasão fiscal, agora o senhor está preocupado, enfim, sempre preocupado com os tributos, que é de direito do Estado, dos Municípios, para melhorar o desenvolvimento do nosso Estado. E vejo que é muito importante todos os Deputados, juntamente com Vossa Excelência, que foi Presidente da AROM, dar as mãos aí para a AROM. Porque realmente o interior, os Municípios, retirando Porto Velho, da forma que está, ficará

grandemente prejudicado Estado com a fatia do ICMS. Acredito que o senhor vem acompanhando essa parte também, mas é importante que os demais Deputados, principalmente os Deputados que não são de Porto Velho, que são de outros Municípios, que acredito que 90% estão ficando prejudicados com a condução da forma que está conduzindo, a tendência da fatia do ICMS para os Municípios.

Então, que todos nós possamos abraçar, nos envolver. Coloquei-me já à disposição do Presidente da AROM para que a gente possa estar fortalecendo, porque senão será prejudicado todo o interior. A tendência é Porto Velho hoje ficar com a fatia praticamente de $\frac{1}{4}$ do ICMS ou mais. Então, nossos Municípios do interior ficarão altamente prejudicados.

O SR. LAERTE GOMES – É verdade, Deputada Glaucione, tocou em um tema também que, Deputado Adelino, nós precisamos discutir, nós precisamos discutir o índice. O índice de Porto Velho tem crescido muito e é uma balança. Quando Porto Velho cresce, os pequenos e médios, na sua maioria, são os que mais caem. O meu Município, quando eu fui Prefeito em Alvorada eu deixei com 1.04; está com 1.65, para você ver a diferença. É preocupante, nós precisamos, aqui todos têm experiência, mas tem alguns têm um pouquinho mais, tiveram a oportunidade de ser gestor municipal, Deputado Alex, de ser Prefeito. Então sabem muito bem o que é isso. E hoje, infelizmente, nos Municípios de Rondônia, Deputada Glaucione, talvez tirando Porto Velho, a principal fonte de receita é o ICMS, depois o FPM, e a receita própria é isso aqui. Então depende, é necessário totalmente, depende dos repasses constitucionais, tanto do FPM quanto do ICMS.

O Sr. Adelino Follador – Permita-me um aparte, Deputado Laerte?

O SR. LAERTE GOMES – Pois não, Deputado Adelino.

O Sr. Adelino Follador – Quero lhe parabenizar, Deputado Laerte, pelo tema tão importante em discussão aqui. Eu já fui Secretário da AROM, na época do Carlos Magno, a gente participou de perto desde a criação da AROM, antigamente Associação dos Prefeitos, aí houve praticamente uma falência na Associação, na época, aí nós restituímos e começamos um trabalho e com certeza, Deputado Laerte, Vossa Excelência e outros deram andamento e hoje a AROM é um órgão muito importante, uma representação muito importante e o Governo do Estado tem que dar uma atenção, tem que sentar, que é um meio de rever isso aí, porque o Governo Federal e também o Congresso Nacional têm que reestudar o Pacto Federativo. O que é o Pacto Federativo? É distribuição dos recursos. Hoje, cada cem reais, sessenta e quatro reais ficam com o Governo Federal, aí os Municípios do Estado ficam brigando pelo restante do recurso, o Estado dividindo com os Poderes e os municípios onde mora a população é o que menos recebe. Então, com certeza, Deputada Glaucione, Vossa Excelência está planejando ir para a Prefeitura, pode se preparar que os recursos das Prefeituras cada vez estão diminuindo e isso é preocupante porque a população mora nos municípios, não mora no Estado e nem no Governo Federal.

O SR. LAERTE GOMES – E as demandas aumentando.

O Sr. Adelino Follador – E as demandas, a responsabilidade cada vez mais aumenta, crescem os lixões, falta saneamento básico, tudo é responsabilidade do município. O Governo Federal manda construir uma creche, depois paga a metade e o restante o Prefeito tem que pagar. E depois, para funcionar, também a questão da saúde.

Então, quero parabenizar por esse tema, Deputado Laerte. E Vossa Excelência que é municipalista, eu também sou municipalista, somos defensores do municipalismo, nós temos que ser parceiros e a Assembleia com certeza está toda abraçada nessa, hoje mesmo recebi o Prefeito de Cacaulândia, os professores estão há mais de dois meses de greve, a folha está em 58%, 59% e como que ele vai dar? E os professores estão exigindo 33% para igualar com outras categorias, mas eu falei para o Prefeito também que não planejou quando deu aumento para outras categorias e deixou a Educação para trás, mas é um problema muito sério e a gente vê quase todos os municípios penalizados por estarem com excesso na folha, mas muitas vezes não é culpa deles, não, porque a arrecadação diminui e o percentual de pessoal sobe. Então, muitas vezes não é de responsabilidade, não é porque os Prefeitos quisessem, não, é porque a arrecadação diminuiu e o percentual subiu. Então, isso é uma situação que fica difícil, o Prefeito não tem como sair dessa situação. Obrigado.

O SR. LAERTE GOMES – É verdade, infelizmente, o nosso Congresso Nacional, vou finalizar, senhor Presidente, os nossos Deputados, que nós também votamos e elegemos, Deputada Lúcia, e Senadores, criam, dão os aumentos, criam programas em Brasília, criam os pisos e os municípios que pagam a conta, infelizmente acontece isso, uma hora a bomba estoura e não tem jeito.

Dizer, e aqui mais uma vez finalizando, parabenizando a AROM, que é, Deputado Ezequiel, uma representação institucional de cada município e por sinal defende bem os municípios. Eu queria finalizar, Deputado Cleiton, com o que eu ouvi. O que eu ouvi com duas coisas. O que eu ouvi do Presidente da Assembleia, Deputado Hermínio, do Rio Grande do Sul, o Presidente, o Deputado Dr. Neidson também ouviu, ele é Deputado de cinco, seis mandatos, Deputada Glaucione, e disse uma coisa, e ele vendo como Presidente, no dia que nós estávamos lá na reunião tinha vários servidores em frente à casa dele, em frente à casa do pai e da mãe dele, e ele dizendo: “*Olha, gente, eu tenho cinco mandatos, muita das coisas que eu votei lá atrás, se eu soubesse o que iria estourar hoje, eu não votaria.*” E a gente tem que ter esse exame de consciência também, não comprometer o futuro do nosso Estado, o futuro dos nossos jovens, das nossas crianças, que é o que está acontecendo hoje no Rio Grande do Sul, muitas vezes foram irresponsáveis os que concederam e hoje estão pagando um preço caro, o Estado quebrado por causa disso.

Também finalizando, nós vamos ter, a AROM vai fazer, Deputada Lúcia, aí o momento, Deputada Glaucione, de nós participarmos, os Deputados estão participando de um evento em Ji-Paraná, não sei se é na sexta-feira próxima, vai chegar o convite aqui na Casa, ou na outra, o Governo só está esperando confirmar, Deputado Adelino, confirmar a presença do

Governador, a agenda com todos os Prefeitos de Rondônia, onde vai ser assinado esse convênio, mas também vai ser tratada a questão de alguns Projetos que vão ser enviados para esta Casa, a questão do FITHA 25%, Deputada Lúcia, tirar esse “até”, que hoje recebe 16, 17, prejuízo de mais de trinta, quarenta milhões por ano para os municípios, a questão do transporte escolar, discutir fundo a fundo a situação para melhorar, porque tem muito município aí que não tem certidão nem para fazer convênio como é que vai ter transporte escolar? E tantos outros problemas municipais que vão ser debatidos dentro de uma Carta Compromisso que o próprio Governador fez em período eleitoral numa reunião da AROM.

Queria agradecer aos nobres colegas, pedir desculpas pelo tempo ultrapassado, mas é um tema relevante que acho que tem que discutir mais e se aprofundar mais nele.

O SR. EZEQUIEL JÚNIOR – Sr. Presidente, só uma Questão de Ordem?

(Às 16 horas e 06 minutos o Sr. Edson Martins passa a presidência ao Sr. Alex Redano)

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. EZEQUIEL JÚNIOR – Deixar registrado que hoje, 08 de Setembro, é o Dia Mundial da Alfabetização, data criada pela Organização das Nações Unidas – ONU e pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, no ano de 1967. É comemorado hoje, 08 de setembro, e tem como principal objetivo fomentar a alfabetização em vários países. A alfabetização não é apenas um processo de aprendizagem de ler e escrever, pois é também um dos elementos responsáveis pelo desenvolvimento de um país.

Então, hoje é um dia muito especial, em nome dessa Educadora desta Casa de Leis, grande professora, Deputada Lúcia Tereza, homenagear todos os alfabetizadores do Estado de Rondônia pelo dia de hoje, Dia Mundial da Alfabetização, dia 08 de setembro.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Parabéns a nossa Deputada Lúcia Tereza, a nossa, literalmente, professora. Cumprimentar também o Senhor Gerson Souza, ex-Vereador de Campo Novo; Vereador de Campo Novo Ci da 10; nosso amigo Joel, Jonas do Partido PRP, nosso amigo Rodrigo Guerreiro, presente também o Zico, Presidente do PROS; Sandro Moreti presente e os demais amigos que compõem a galeria.

Convidamos, neste momento, para uso da tribuna no Grande Expediente, pelo Partido dos Trabalhadores, Deputado Lazinho da Fetagro. A tribuna está à disposição.

O SR. CLEITON ROQUE – Presidente, até que o Deputado Lazinho chegue à tribuna, só cumprimentar o Vereador de Alta Floresta aqui presente, o Vereador Tanúzio, do PTB, agradecido pela presença. E o Vereador Edmar Boldt, nosso companheiro do PSB lá de Alta Floresta. Obrigado pela presença.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – A tribuna está livre ao Deputado Lazinho da Fetagro.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Obrigado, senhor Presidente. Cumprimentar, em nome do senhor, todos os componentes da Mesa; em nome da Deputada Lúcia, as nossas companheiras Deputada Rosângela e Deputada Glaucione, todos os Deputados presentes; cumprimentar todos os nossos colaboradores desta Casa, companheiros de trabalho e também o público presente, Vereadores, assessores, enfim, todos os que nos dão a honra dessa visita.

Senhor Presidente, primeiro, eu gostaria de muito rapidamente agradecer aqui ao DER pelo trabalho que vem desenvolvendo e pelas proposições que nós fizemos, principalmente em Nova Brasilândia, no Assentamento Paulo Freire, onde várias e várias crianças estavam sem aula e o DER prontamente atendeu com a construção daquelas estradas lá. Agradecer também ao Coronel Caetano, que hoje esteve conosco, eu e o Presidente Maurão ali no Assentamento Jequitibá também para verificar um problema de estrada, Deputado Ribamar, que já há muitos anos aquele povo está abandonado lá. Então, agradecer e pedir para que Deus possa cada vez mais iluminar a boa vontade e a coragem do Coronel Caetano que aos poucos vai colocando o DER no rumo certo, para poder fortalecer principalmente o setor produtivo na melhoria dessas estradas do nosso Estado.

Mas, senhor Presidente, eu gostaria, hoje, de falar um pouco sobre a data de ontem no nosso país. Ontem, 07 de setembro, nós comemoramos, entre aspas, os 515 anos do Grito da Independência. Do Grito da Independência para a liberdade de um povo tem muito chão para correr, mesmo na evolução que o nosso país teve ao longo desses 515 anos, nós ainda temos... 515 do Brasil, 193 anos, me parece, alguma coisa parecida, depois vocês verifiquem isso daí porque eu não olhei a data direito, mas é a gente tentar refletir um pouco o que é o Grito, o que é a Independência e o que é a liberdade do povo. E nós temos que ter ainda os pés no chão e a responsabilidade de frisar que não podemos nos vangloriar por ter conquistado a liberdade de uma forma geral. Liberdade não existe de um povo, num país, numa região, num mundo onde não há democracia. Se você não conquistar a democracia plena, você jamais terá a liberdade plena. E a gente pode dizer que não temos, nós podemos dizer que não temos a total liberdade porque ainda vivemos num país aonde o direito à liberdade de imprensa não existe. A democratização da imprensa, como forma de construção da liberdade de um povo no nosso país não existe. E não existe porque a grande mídia brasileira está no nome de seis ou sete famílias. Não podemos dizer que temos liberdade porque ainda os trabalhadores, neste país, continuam perdendo direitos. Num período se conquista e em pouco tempo se perde o conquistado. Nós não podemos dizer que temos ainda a liberdade, porque ainda a concentração de terra nesse país é muito grande. Nós, em números aproximados, mais de 80% das nossas propriedades pertencem a 10, 12% da população. Portanto, não há liberdade, não vai ter liberdade sem a reforma agrária, nós não teremos nunca liberdade se nós não conseguirmos juntos democratizar o processo político no nosso país. Parece redundante falar em democratizar a política, mas até principalmente na política não tem democracia como deveria ter. Nós não poderemos nunca dizer que somos um país livre se a gente olhar para trás e ainda ver ser humano passando fome.

E podemos ainda dizer que na América do Sul e no Brasil, nós últimos doze anos no Brasil, nós tivemos uma redução de mais de 80% na alimentação deficiente como se diz, isso não quer dizer que não tem fome ainda no Brasil, na América Latina foram 43% de diminuição nesse quesito da alimentação do povo. Como que nós podemos ainda dizer que temos liberdade se a gente ainda tem criança nesse país andando sessenta quilômetros de ônibus para poder ir para uma escola, neste país e neste Estado, quando você vê criança de cinco anos de idade levantando, Deputada Lúcia Tereza, quatro horas da manhã para pegar um ônibus e andar sessenta quilômetros de ônibus para poder ir para uma escola. Como que nós podemos ter liberdade, se nós precisamos de programas do Governo Federal para dar igualdade à educação e poder o filho de pobre cursar uma faculdade? Como que a gente pode dizer que vivemos num país livre, se 80% dos presos são negros, pobres e quando se trata de presidiárias, são negras, pobres e prostitutas. O que nós queremos do nosso Brasil?

Quando a gente analisa a imensa riqueza que saiu desse país, e continua saindo desse país, desde o suposto descobrimento colocado, não se imagina você ter liberdade. Imaginar que um doente tem que andar oitocentos quilômetros para procurar um hospital, e a mulher não é Deputada Lúcia, pior ainda. Então, nós precisamos fazer uma reflexão, que democracia que nós vivemos em que se tenta pregar golpe um atrás do outro, principalmente nos países em desenvolvimento, como aconteceu em El Salvador, como aconteceu no Paraguai, como tentam, inclusive, no Brasil agora. A gente precisa analisar exatamente para que rumo a gente quer levar, com esse pessimismo pregado em nível nacional, e é por isso que eu falo que a democratização dos meios de comunicação, Deputada Glaucione, ela precisa ser discutida no Brasil, não é restrição à imprensa, é democratização, porque aqui no nosso Estado, por exemplo, em determinados meios de comunicação, fala o que o dono da emissora quer, quando não quer, não fala.

Então, a gente precisa rediscutir o modelo de liberdade ou de democratização que a gente quer para o país. Nós, como Parlamentares agora, constituídos pelo povo de Rondônia, temos responsabilidade com este Estado de, principalmente, não pregar o pessimismo, a desmotivação, porque se cada um de nós, aonde nós trabalhamos, aonde nós estudamos, aonde nós vivemos, se nós conseguirmos colocar a ação em primeiro lugar de lutar e buscar melhoria de vida pensando também no próximo, eu tenho certeza que isso se esparrama e o nosso Estado será outro. Outro dia eu li uma matéria, um comentário do Governador Confúcio, colocado no blog, e ele pregava nesse comentário o otimismo e a vontade de fazer o nosso Estado crescer cada vez mais e do nosso povo crescer.

Então, eu imagino um país aonde a gente não precisa dizer, ou alguém não precisa dizer que agora não dá mais para contratar empregada doméstica porque os direitos trabalhistas dela são mais caros do que tê-la legalizada. Eu não posso mais pagar uma diária lá na roça, Deputado Adelino, porque a diária está cara e aí a gente fica discutindo, Deputado Laerte, que o salário mínimo está alto e que as empresas brasileiras não vão conseguir arcar com os tributos, porque do jeito que está subindo o salário mínimo, Deputado Saulo, Deputado Ribamar, vai ter que fechar a empresa, aí a gente imagina qual é a democracia e qual a liberdade que nós queremos para o nosso país.

Ontem, eu não sei se foi um dia só de comemoração, Deputada Lúcia Tereza, nós temos que comemorar os avanços que houve, mas nós temos que admitir que muita coisa precisa mudar no nosso Estado, precisa mudar no nosso povo e principalmente mudar na política brasileira. Porque é muito fácil culpar os Deputados, os Senadores, o político pela corrupção, quando nós sonegamos impostos, quando nós estacionamos o carro no lugar errado, quando nós desviamos recurso lá de uma associação, de uma igreja. Eu sempre digo e sempre disse que a pessoa não se transforma em corrupta quando vem para esse espaço ou quando é político, a pessoa, quando ela é corrupta, ela é em qualquer espaço, a única diferença é que no espaço político ela é mais visada, e aí, Deputado Marcelino, aí sobra para mídia, sobra para todo mundo. Então, a corrupção não pode ser para nós desculpa para querer dizer que nós estamos acabados e que o país acabou e que o nosso Estado acabou.

A Sra. Lúcia Tereza – Me conceda um aparte, Deputado?

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Concedo-lhe um aparte, Deputada Lúcia.

A Sra. Lúcia Tereza – Nobre Deputado, quero parabenizar, obviamente pelo discurso, porque além de ser bem consciente e trazer uma realidade, ele é bem corajoso, porque Vossa Excelência fala com a clareza de quem tem liberdade no coração, quem aceita a liberdade com responsabilidade. Então, muita coisa que Vossa Excelência falou, quase tudo, concordo plenamente e lhe dou os parabéns, tão bem colocado e preciso, e Vossa Excelência é um estudioso da democracia, eu digo que o nosso Brasil é muito forte, ele é mais forte às vezes do que o seu próprio povo. Mas tem os brasileiros de braços fortes, que é aquele que tem o ânimo, tem esperança, obviamente tem dia que desalenta de você ver tanta coisa que Vossa Excelência falou, nós mesmos, a nossa liberdade de usar esta tribuna, muitas vezes a gente tem a liberdade, mas ela é vigiada, ela é cerceada, Vossa Excelência sabe disso, e às vezes a gente deixa, eu não, mas tem gente que deixa, e um discurso como o seu traz à tona para a gente repensar.

Então, eu fico assim admirada da teoria e digo sempre que as palavras, Deputado, as palavras, elas marcam, elas penetram, elas são guardadas, mas o exemplo é que vai determinar a mudança comportamental nossa. Quero seguir o seu exemplo, quero mudar para melhor e a gente pode fazer isso para mais, para a gente transmitir esse ânimo que não é fácil, que não está fácil, a gente sabe que nem Vossa Excelência falou da diária do peão que é cem reais hoje e a gente dá graças a Deus quando acha um que quer ainda trabalhar na roça, porque nós não temos a política agrícola, nós não temos o preço decente, nós não temos tanta coisa e ainda tem brasileiros, temos nós ainda que persistimos no ânimo, na esperança, na alegria de viver, de conviver.

Quero para finalizar, lhe dar os parabéns pelo teor, pelo bojo, pelo fator determinante desse seu discurso corajoso, Vossa Excelência fala em democracia e liberdade como poucos entendem. Parabéns.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Obrigado, Deputada. Então, nesses 515 anos de Brasil, é 193, Deputado Ribamar? 193, eu

não gravo muito essas datas porque a Independência para mim ela ainda não aconteceu, na minha visão não aconteceu, porque a Independência é quando nós não tivermos mais ninguém passando fome, como eu já disse e quando a gente tiver todas as liberdades que a gente precisa ter.

O Sr. Marcelino Tenório – Deputado, me conceda um aparte?

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Pois não, Deputado.

O Sr. Marcelino Tenório – Deputado eu quero aqui também parabenizar Vossa Excelência por esse tema, como Vossa Excelência falou aí, ontem foi comemorado o dia 7 de setembro, Dia da Independência do nosso país, como o senhor falou, são cento e quantos anos, Deputado?

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – 193, segundo nosso professor Ribamar aqui, porque eu não gravei.

O Sr. Marcelino Tenório – Mas como o senhor falou, Deputado, evoluímos muito nesse tempo, precisamos evoluir mais. Sabemos hoje que os meios de comunicação, eles, ao invés de buscar uma solução, indicar, mostrar para que o país saia desse momento agora que se encontra um pouco em crise, às vezes ele joga o pessimismo para dentro do nosso país, isso é nosso Município, isso é no Estado, é na União. Agora, nós temos muitas coisas para que sejam feitas no nosso país para alcançar aquilo que Vossa Excelência falou aí, uma reforma agrária decente sem necessidade de...

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Morrer debaixo da lona...

O Sr. Marcelino Tenório – Sem medo de pessoas ocuparem terras para poder construir uma pequena propriedade para poder trabalhar e assim criar renda e cuidar da sua família. Mas nós precisamos, Deputado Lazinho, que esse país, quando eu falo esse país, aí precisaria que as pessoas que compõem quase duzentos e seis milhões de habitantes tomassem essa decisão, porque o Congresso não está tomando, a Câmara de Deputados Federais não está tomando, nós não podemos viver num país onde não existe uma reforma política, onde tem 32 partidos constituídos, dos quais hoje em Brasília aproximadamente aqui uns 20 ou mais detêm os Ministérios, mas esse partido que tem 20 ou 30 deputados federais ele quer o Ministério para quê? É para administrar, fazer gestão pública ou fazer política? Infelizmente, nós estamos vendo neste país, é para fazer política, e aí esquece da parte de gestão pública. E outra, Deputado, seria a reforma tributária, Vossa Excelência falou aí que hoje um salário mínimo, o que é um salário mínimo hoje? Ele, realmente, é mínimo! Dizer eu não posso pagar. Pode sim. Agora, na reforma tributária aí isso é onde vai ajustar um salário mínimo melhor, não do tamanho que ele é, mas precisa ter essa reforma também. E por final, Deputado Lazinho, a gestão pública, nós precisamos olhar, a gente sair deste Parlamento e se nós sairmos hoje aqui de dentro do nosso Estado de Rondônia, e quando eu falo é o Estado, você vai à Prefeitura, você vai na União é a mesma situação, você passa nas unidades que compõem o Estado e você vai em todas elas,

todas elas estão com dificuldades em gerenciar, de gerenciamento. Então, neste momento o país precisa, sim, fazer essa parte de gestão pública para poder atender melhor e sanar os problemas do nosso país. Mas, Deputado, mais uma vez parabeno a Vossa Excelência por trazer esses problemas à tribuna, que às vezes as pessoas dizem: “O Deputado a cada 30 dias traz esse problema”. Mas tem que trazer, porque senão, Deputado Lazinho, é esquecido, e como diz aquele velho ditado: “Água mole em pedra dura tanto bate até que fura”. Mas, Deputado, parabéns e continue sempre assim, Deputado Lazinho.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Obrigado, Deputado Marcelino. Para concluir, senhora Presidente, lembrar que os temas abordados são temas que fazem com que nós que fomos constituídos pelo povo possamos refletir. Se nós não tivermos a responsabilidade de poder discutir esses temas neste Parlamento, as proposições que este Parlamento tem feito, consequentemente a gente não vai ter nenhum objetivo por estar aqui. Não vou deixar de sonhar nunca em ver ou sonhar, Deputado Adelino, com um país realmente democrático, um país que não dependa do sistema financeiro internacional, porque quando dá um pingão lá, vira terremoto, mas nós temos que buscar a nossa independência completa desde o seu primeiro, do seu ato e da sua ação mais simples ou até aquela mais complexa, porque senão nós não vamos nunca poder dizer que somos um país independente.

Era isso, Sra. Presidente. Muito obrigado.

(Às 16 horas e 30 minutos o Sr. Alex Redano passa a presidência para a Sra. Glaucione)

A SRA. GLAUCIONE (Presidente) – Obrigada, Deputado Lazinho. Encerrado o Grande Expediente, passamos às Comunicações de Lideranças. Com a palavra o Deputado Jesuíno Boabaid.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Boa tarde, Presidente, hoje na presidência a Deputada Glaucione, Deputado Follador, Deputado Cleiton Roque, demais Parlamentares, a imprensa, aos senhores que se encontram na plenária, a todos os servidores.

Eu vou ser muito sucinto aqui. A semana passada eu falei sobre a denúncia referente à convocação de servidores, já estamos discutindo se vai ser despachada para a Comissão de Fiscalização e Controle essa investigação ou se já vai ser formada a Comissão Especial, estamos nesses trâmites aí para apurar essa conduta que foi noticiada referente ao Secretário da Casa Civil. Eu vou falar hoje sobre a Polícia Militar, vou ser bem sucinto sobre as promoções dos Policiais Militares, sobre as condições de trabalho que hoje se encontram os militares trabalhando e sobre um ato que aconteceu em Ouro Preto, onde um militar, num ato heróico, o cidadão estava armado, estava com a arma na mão e ele agiu no estrito cumprimento do dever legal e disparou contra o cidadão para contê-lo. O disparo foi bem superficial, pegou na perna dele e não veio a óbito, graças a Deus, e controlou, então ele estava à paisana, não estava de serviço, mas ciente de uma atitude do cidadão que estava descontrolado, ele foi e entrevistou e conseguiu lograr

êxito. Já estou requisitando informações, documentações para propor uma Medalha de Honra ao Mérito para ele e também levar para o âmbito da Polícia Militar, através da Comissão de Segurança Pública, que se inicie um processo administrativo para promovê-lo pelo ato de bravura, que ele é digno realmente de Ato de Bravura.

Falar também sobre o efetivo hoje da Polícia Militar, é fato já noticiado, eu fazendo um estudo bem aprofundado, foi discutido na época através do Dr. Shalimar, Promotor da 20ª Promotoria, ele nos trouxe aqui uma discussão sobre os efetivos e fazendo um apanhado encontrei a Lei 509, datada de 1993, onde disciplina o quantitativo de policiais militares, de Sargentos, do Cabo, do Soldado, do Coronel, Tenente Coronel, do Major, do Capitão, ele disciplina o quantitativo. Então essa lei já é vigente, o Estado deveria ter hoje cerca de 4.800 Soldados, não sou eu que falo, é a Lei 509, que já foi alterada, a última alteração foi no ano de 2013, mas só para informar o quantitativo, atualizar o quantitativo de soldados e os demais postos e graduações. Então, eu vou requisitar, inclusive o Deputado Léo Moraes faz parte dessa comissão também, é o vice-presidente da Comissão de Segurança Pública, para que haja uma informação, um pedido atualizado por parte do Comando da Polícia e do Bombeiro Militar para a gente cobrar agora do Governo, porque a lei diz o mínimo. O mínimo qual é? 4.800 soldados. Então deve ter 4.800 soldados no âmbito da Polícia Militar.

O Sr. Léo Moraes – Um aparte, Deputado Jesuíno?

O SR. JESUÍNO BOABAID – Com a palavra, Deputado Léo.

O Sr. Léo Moraes – Apenas para informar que aquele projeto que nós havíamos iniciado a discussão e tivemos o apoio irrestrito dos nossos colegas, ele está em plena confecção e esta semana será protocolizado aqui nas dependências da nossa Casa, que prevê o efetivo mínimo das Polícias do Estado de Rondônia com a valiosa contribuição, colaboração de Vossa Excelência e dos nossos colegas Deputados estaduais.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Agora, Deputado Léo, apenas tem que normatizar da Polícia Civil e se for o caso dos Agentes, Delegados, porque da Polícia Militar, como eu disse, já existe a Lei 509 que disciplina o mínimo legal do efetivo da Polícia.

O outro ponto que eu vou agora entrar em mérito é sobre a questão do Bairro Universitário. Estivemos reunidos a semana passada, o Bairro Universitário, para quem não conhece, é um bairro que fica atrás da Faculdade UNIRON, onde cerca de 350 famílias se encontram residindo lá naquele local, 1.200 pessoas, e iniciou-se uma discussão jurídica no ano de 2006, 2008, mas que não lograram êxito, a ação foi transitada em julgado, está na 7ª Vara Cível, o Juiz da causa é Dr. Ilisir Bueno, estivemos reunidos na quinta-feira passada numa reunião onde disciplinou que dia 14 agora de setembro haverá reintegração de posse. Eu, juntamente com o Deputado Hermínio Coelho, que no dia eu falei para o Juiz da causa, eu falei: Eu estou aqui disposto a disponibilizar o valor de R\$ 1.000.000,00 das minhas emendas individuais para que haja suspensão do processo e a tramitação do processo de desapropriação. Ele falou: “Não, Deputado, eu sei, eu confio, mas

eu tenho que cumprir o que está na decisão judicial tramitado e julgado”. Qual é? A reintegração de posse, a reintegração do local. São várias casas, quem quiser ir lá ao local, casas de alvenaria, que realmente causa tristeza. Tristeza deixar aquelas pessoas ao léu, totalmente diferente a ação, como eu sempre falei, a ação do Dilma Rousseff é diferente da ação agora do Bairro Universitário. Porque eles não têm locais para residirem, o Estado, no caso o Judiciário, vai reintegrar e não vai dar um local para eles residirem. Mas eu estive reunido hoje com o Prefeito, juntamente com a sua Assessoria Jurídica, juntamente com as partes interessadas, e amanhã já está marcada uma reunião com o Presidente do Tribunal de Justiça. Como bem disse o Juiz: *A minha decisão só pode ser revista com outra decisão judicial*. E agora só quem pode reverter essa ação vai ser o Judiciário. Eu também tentei, estou tentando através desta Casa, foi aprovada hoje na Comissão de Segurança Pública que a Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, a Assembleia através da sua Procuradoria, ingresse, faça um ingresso na sua Ação Judicial, uma Ação Cautelar Nominada informando sobre o que está sendo discutido para tentar sobrestar pelo prazo aí de 60 dias até que haja uma decisão final sobre a situação do bairro Universitário, que para mim é uma situação que a cada hora, a cada minuto fica mais complicada. Se não houver uma decisão, essas pessoas serão retiradas das suas casas. É um sofrimento que eu não posso nem medir.

Para falar também agora sobre aquela compra no valor de quatro milhões e cem reais, fui, essa semana que passou, do outro lado lá do rio, no caso, da BR-319, verificar lá o espaço geográfico aonde foi feita essa compra. Lá é um brejo. Foram pagos quatro milhões e cem, Deputado Ezequiel, em um brejo. O que causa mais estranheza, tem locais que eu fui um pouco mais, 50 hectares estão sendo vendidos no valor de trezentos mil reais. Eu queria, eu vou querer agora, quarta-feira está marcada a nova reunião com o Fortunato e ele vai apresentar, eu acredito que já estão nesta Casa os processos, mas se ele não apresentar, eu já tenho cópia do processo, parte da cópia do processo, estou analisando para ele me dar essa fórmula de onde um imóvel, um espaço territorial em um ano suba mais de um milhão, quatro milhões de reais. Pagou sessenta mil reais e hoje está pagando quatro milhões e cem e que nós iremos investigar, iremos chegar com certeza aos responsáveis.

E não é só isso, não, Deputado Adelino, tem mais espaços de terra que foram pagos que têm denúncia de superfaturados. Vou convocar já, vou pedir através da Comissão da Fiscalização e Controle, que haja um pedido do servidor para ser ouvido naquele local, ou seja, na Comissão, que ele vai poder também nos esclarecer alguns pontos que estão obscuros. Então é sobre isso. Eu vou falar um pouco amanhã. Amanhã ainda tem Sessão, mas era isso que eu queria falar, hoje eu estou deixando 10 minutos para a Casa, sem apartes.

Então, era isso que eu queria falar, Deputado. Tem muitos projetos, muitos vetos para serem discutidos nesta Casa. Então era isso. Muito obrigado.

A SRA. GLAUCIONE (Presidente) – Obrigado, Deputado Jesuíno Boabaid, pelas suas palavras.

E ainda nas Comunicações de Lideranças, com direito a apartes, o Deputado Adelino Follador com a palavra.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Senhora Presidente, Deputada Glaucione, ora Presidente em exercício, e demais Deputados aqui presentes, comunidade aqui presente, a imprensa. Para nós é um prazer vir mais uma vez a esta tribuna para tratar de alguns assuntos importantes do Estado de Rondônia.

Quero começar por um assunto que com certeza muitas pessoas estão preocupadas com a nova legislação, a alteração da Legislação de Trânsito do Brasil – DENATRAN, nível nacional, e com todas as motos até 50 cilindradas que eram emplacadas, que eram autorizadas pela Prefeitura e hoje passou com a alteração da Lei 13.154, de 30 de julho de 2015, alterou e passou para o Governo do Estado a responsabilidade do emplacamento, do licenciamento dessas motos até 50 cilindradas. E fui procurado por várias lojas inclusive que vendem e também alguns usuários dessas motocicletas estão preocupadas, porque não era exigida habilitação, era isento de IPVA, e agora vão ter que pagar IPVA, o Governo irá, através do DETRAN, e por informações de alguns DETRANS do interior já tinham ameaça que a partir de hoje poderiam prender, poderia, inclusive, recolher essas motos que estivessem em trânsito. Eu estive no DETRAN hoje, estive com o Vice-Presidente do DETRAN, o Dr. Antônio, o Dr. Albuquerque está viajando, mas ele me tranquilizou através de um documento que está na Procuradoria do DETRAN dizendo, inclusive havia rumores que cobriam o retroativo para todas as motos que saíram desde a nota fiscal teria que recolher retroativamente, mas nós sabemos que a Lei ela proíbe retroagir para prejudicar, ela só poderá retroagir para favorecer. Então, a Procuradoria do DETRAN está dando parecer, espero que seja dessa maneira, que pelo menos anterior à Lei, que é dia 30 de julho, só a partir de agosto seja tributado, como está previsto, e que também tenha um tempo, Sra. Presidente, para que, eu estou fazendo uma Indicação, que pelo menos seja um ano para essas pessoas se adequarem, porque essas pessoas têm que se habilitar, têm que recolher os impostos, tem gente que já está habilitado pelas Prefeituras já há um ano e não é justo que agora, inclusive o Deputado Alex também já foi procurado, eu sei, lá pelo pessoal de Ariquemes também sobre esse assunto das motos, e eu estive no DETRAN hoje e eu estou aqui com documento já dizendo, garantindo, esperamos que o Governo do Estado, através do DETRAN, aceite esse prazo para que o pessoal consiga se adequar à nova legislação, não podemos exigir que as pessoas por curto prazo ou de imediato consigam se adequar.

Também eu quero aqui deixar uma observação muito importante que nós tivemos através de uma provocação que eu fiz como Relator na Comissão de Redação e Justiça no Projeto do ICMS. Nós chamamos, na terça-feira, semana passada, atrasada, em meu gabinete, a Associação Comercial, a FACER, a FECOMÉRCIO, e nós discutimos junto com a SEFAZ e a Lei que está aqui tramitando nesta Casa e também que tinha muitos, já só foi matéria de uma Audiência Pública, já foi discutido lá em Ji-Paraná na Associação Comercial, já foi discutido em Jaru, já foi discutido aqui em Porto Velho, e na época o Governo do Estado retirou, inclusive desde a Legislatura passada está sendo discutida essa Lei, e lá agora, aqui na FECOMÉRCIO, semana passada, inclusive com a presença do Deputado Léo Moraes, com a presença também do Deputado Cleiton Roque, com a presença do Deputado Airton Gurgacz, lá

de Ji-Paraná, e vários assessores de Deputados que estiveram presentes e outros Deputados que não estavam aqui, nós entramos, aliás, as entidades entraram em acordo com a SEFIN porque as emendas que foram vetadas foram justificadas pela SEFAZ que também não resolveria o problema, as alterações que a própria Associação Comercial, até a FACER, até a FECOMÉRCIO propôs para mudar. Então, houve um consenso por ambas as partes para que a gente acate as emendas aqui, o Deputado Cleiton Roque como Vice-Líder do Governo assumiu o compromisso também para ajudar articular junto ao Governo, dia 25 vai ter uma reunião com os Deputados, com a FECOMÉRCIO, com a FACER, com as Associações Comerciais para discutir um projeto que o próprio Governo vai mandar para esta Casa. E nós vamos ter que confiar no Governo, o Deputado Cleiton Roque ficou para articular junto à Casa Civil, depois que houver esse entendimento entre ambas as partes vai encaminhar para a Casa Civil, e depois, posteriormente, virá a esta Casa para adequar alguns itens, dois ou três itens que ficaram pendentes. O restante houve consenso, houve aceitação por parte das entidades lá representadas.

O Sr. Cleiton Roque – Deputado, um aparte?

O SR. ADELINO FOLLADOR – Pois não, Deputado.

O Sr. Cleiton Roque – Deputado Adelino, eu quero parabenizar Vossa Excelência, que desde o retorno do recesso Vossa Excelência está acompanhando junto com os empresários, junto com os representantes da FACER, junto com os representantes da FECOMÉRCIO, das Associações Comerciais do Estado de Rondônia. Registrar que a semana passada, desde o início dela, na segunda, terça-feira a sua equipe já estava estudando juntamente com os técnicos dessas entidades representativas. Eu fui lá para, justamente, reforçar um trabalho que Vossa Excelência estava conduzindo de maneira correta, representando esta Casa com muita altivez e tem conhecimento de muitos anos de vida pública, Prefeito, mandatos aí de Deputado, segundo ou terceiro, então eu quero dizer a Vossa Excelência que o que depender de mim, eu me junto a Vossa Excelência para fazer esse meio de campo junto Governo. Falei hoje, pela manhã, com o Secretário Wagner, colocando-o a par do que foi acordado lá. Não é somente o nome dele e do representante das Associações Comerciais e das Federações que está em jogo, mas desta Casa também. A Assembleia lá estava representada por três Deputados, puxados por Vossa Excelência, Deputado Airton, nós estávamos lá reforçando.

Então, eu quero parabenizar Vossa Excelência pela atenção, acompanhou desde o início da reunião até o final e isso passa segurança para a classe empresarial. Os nossos comerciantes, com toda certeza, se sentem prestigiados, eles veem que a Assembleia hoje realmente está voltada, está atenta para as situações todas que vêm acontecendo. E a única maneira que tem de nós superarmos o momento de dificuldade é tendo esse comportamento. Deputado Adelino, conte comigo.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Eu quero dizer que a sua presença lá foi muito importante como Presidente da Comissão de Finanças também, que tem inclusive emendas suas lá, tem

uma emenda da Deputada Glaucione, estava lá também a assessoria, o Deputado Léo Moraes. Então, foi muito importante essa aproximação das entidades com o Governo do Estado e quero parabenizar também o Governo do Estado que abriu a Secretaria de Fazenda, abriu para essa conversação e eu tenho certeza que todo mundo vai ganhar, que essa lei não é do Dr. Confúcio, que é Governador hoje, é uma lei para o Estado. Essa lei altera, provavelmente, mais de quatrocentos artigos na legislação estadual. Então é uma lei que tem que amadurecer com a sociedade e foi muito importante.

O Sr. Léo Moraes - Um aparte, Deputado Adelino?

O SR. ADELINO FOLLADOR – Pois não, Deputado Léo Moraes.

O Sr. Léo Moraes - Só para parabenizar sua dedicação nessa matéria do ICMS a fim de que consiga beneficiar o entendimento, na verdade, que possa beneficiar os comerciantes e logicamente em detrimento disso a própria população. E dizer a Vossa Excelência, aliás, a todos os Deputados que nós hoje, na Comissão de Constituição e Justiça, aprovamos uma Recomendação Legislativa para que se cumpra o prazo até o dia 30 de setembro que eles possam encaminhar novo projeto para fazer alguns ajustes que ficaram pelo caminho. Então parabeno o senhor, parabeno a Deputada Lúcia, Deputado Jesuíno, Deputado Laerte, Deputado Marcelino, Deputado Saulo, todos os integrantes da Comissão de Constituição e Justiça. Parabéns, Deputado.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Eu quero também parabenizar o seu trabalho, Deputado Léo. É muito importante o senhor estar no debate. Então, eu quero dizer que nós, hoje, analisando o acordo que nós fizemos, nós sugerimos então aos Pares desta Casa que aceitem então os vetos do Governo para que ele cumpra o que ele prometeu. E também quero aqui aproveitar este momento para falar um pouco sobre ontem, eu assisti o desfile em Ariquemes, estive lá também em Rio Crespo, os únicos dois municípios da região de Ariquemes que fizeram o desfile, os outros, nenhum fez desfile na nossa região. A gente viu, inclusive, isso muito, Deputada Lúcia, muito preocupante, onde o pessoal está deixando em segundo plano 07 de setembro, a questão do civismo. E essas notícias, Deputados, que surgem toda hora na televisão, isso é que faz com que as pessoas comecem a se preocupar e muitas vezes ficando com raiva da política. E na realidade o povo deveria ficar com raiva dos maus políticos, não da política. Porque a política é necessária e muitas vezes a pessoa fica revoltada e acaba, Deputado Lázinho, não participando, achando que os políticos são irresponsáveis, mas é uma conjuntura e nós precisamos que a população preste atenção e perceba os políticos que fazem a sua obrigação, que fazem a sua parte, aliás, não só os políticos, mas todas as pessoas da sociedade, para que consiga mudar, melhorar a política. Hoje, querendo ou não querendo, a política é a solução para a segurança pública, para a educação, para tudo, para todos os problemas que nós encontramos no dia a dia. A política, é através dela que se discute e pode ser. Então, eu quero dizer que eu não estou pessimista, mas eu, esses dias eu estava na APA quando tinha um político, Senador, Governador, Governador não, Prefeito,

falando: “Não, nós não temos crise, crise é psicológica, nós temos é que tirar da cabeça do povo que crise aqui é só psicológica essa crise”. Eu estava ouvindo e muitas pessoas que estavam lá não sabiam que eu era político, não sabiam que eu era Deputado estadual, e todo mundo falando: “Lá na sua casa não tem crise mesmo, lá no Senado não tem crise, mas aqui tem”. E aqui tem mesmo. Eu fui à Caixa Econômica, lá em Ariquemes, onde um funcionário falou que trabalha há quase trinta anos, nunca teve tantas pessoas pedindo auxílio-desemprego, isso nos preocupa porque esse auxílio-desemprego é temporário, depois, Deputado Aécio da TV, é momentâneo, depois ele fica desempregado.

Então, nós estamos muito preocupados com essa situação e nós, sejam políticos, sejam entidades, seja população, temos que meditar e achar uma solução. Nós não podemos fechar os olhos pela irresponsabilidade do Governo Federal no passado deixar acumular essa situação neste país, e essa bandalheira que a gente vê a todo momento, isso a população está indignada, nós estamos indignados, não tem jeito de não ficar, e a gente vê toda hora mais escândalos. Espero que todos os que devem paguem, eu não estou aqui falando de partido político, eu não estou aqui falando de entidade, estou falando de pessoas que são responsáveis, empresas, seja ele quem for, seja cidadão, seja político, tem que pagar, porque só assim nós vamos fazer o povo ter mais otimismo e ver a coisa melhor.

O Sr. Aécio da TV – Conceda um aparte, Deputado?

O SR. ADELINO FOLLADOR - Pois não, Deputado Aécio.

O Sr. Aécio da TV – Deputado, quero parabenizar pelas suas colocações. Mas quando eu vejo alguém, às vezes leigo ou até mesmo pessoas com grande conhecimento, falar que a crise é uma crise psicológica, é uma crise passageira, ele foge inteiramente da realidade. O Brasil está entrando num processo de recessão, desemprego com números assustadores, creio que depois da redemocratização, a partir das eleições do Collor em 89 ou até mesmo de Tancredo Neves, nós jamais conseguimos ver uma crise com tal gravidade como essa que vem pela frente. A gente como economista que sou e pensando nas bases da economia, o Brasil vai aprofundar muito a crise. Este ano, nós devemos ter crescimento negativo, na ordem vai crescendo gradativamente, começa com 1.5, 1.7, 1.8, já está em 2.44, mas vamos ter um crescimento negativo este ano na ordem de uns 3%. Os números do desemprego já batem na casa dos 9 e o ano que vem esses números passarão de 12%. Nós temos números, a nossa taxa de juros, que já é a maior do mundo, com mais de 14%, é possível que ainda tenha que tomar outras medidas para aumentar mais ainda, para conter a inflação.

Então, nós estamos realmente em crise, o Brasil passa por um momento triste, não chegou ao fundo, não, é só o começo, as bases da economia dizem que em 2016, ou seja, 2015 é apenas o aperitivo do que vem em 2016, na hora que tiver uma taxa de inflação beirando, a taxa de desemprego beirando os 15% a coisa vai arrochar muito, a crise, ela vai chegar a todo canto e não tem essa história de que é crise

psicológica, que é crise de confiança, não, é crise porque foi feito muita besteira.

O Brasil tem 143 estatais. Se o Governo tiver coragem, todo mundo sabe que não vai ter, de vender esses ativos para fazer caixa, é possível reverter, mas o Governo que aí está, com a linha de esquerda que é, jamais vai fazer isso, vender 100 estatais, por quê? Porque não se pode vender. Antigamente dizia, quando se falava em privatizar a Petrobrás, era um crime absurdo, se tivesse privatizado não tinha acontecido o que está acontecendo e não devia o que deve. Se vender hoje a Petrobrás não paga a metade do que deve, ou seja, nós estamos num beco sem saída, vai ter que ter muita coragem quem assumir o próximo Governo, que não vai demorar muito, quem assumir o próximo Governo vai ter que ter muita coragem de privatizar, de abrir mão e fazer caixa, ativos, com a economia como nós estamos hoje, ele não tem nenhum, nenhum significado, Governo tem que fazer saúde, educação e segurança, o resto tem que deixar por conta da iniciativa privada. Felizmente nós temos 143 empresas que podem ser vendidas na hora que um Governo de coragem, de responsabilidade assumir esse papel.

O SR. ADELINO FOLLADOR - Com certeza nós estamos numa crise maior, a maior crise nossa é de credibilidade. Nós temos aí a Petrobrás, estava entre as 10 maiores empresas do País, do mundo, hoje está em 143, se eu não me engano, 146 está no ranking, tem 145 empresas melhores do que a Petrobrás. Então, nós temos uma crise, a nossa Presidente não tem credibilidade no Congresso, não tem credibilidade com a população, não tem credibilidade com nenhuma nação, com o mundo. Então, nos preocupa. Essa semana eu vi a Arena de Manaus. A Arena de Manaus já teve um custo até do começo do ano até agora para a manutenção de cinco milhões e oitocentos mil e arrecadação até agora foi quinhentos e oitenta mil. Então, um déficit de mais de cinco milhões para a manutenção desse estádio em Manaus e o Nacional agora está na série C, parece, e talvez ainda vá cair mais. Como é que vai encher esse estádio? Onde é que está? Então dinheiro mal aplicado nesse país, ali estão os viadutos aqui em Porto Velho e a Presidente esses dias teve a coragem de ir lá à transposição do São Francisco e testar uma bomba que vai jogar ainda água daqui a um ano. Eu acho que a Presidente não tem o que fazer mesmo, porque ir lá testar uma bomba, que ainda não vai ter a transposição, não, que tem gente que mora lá e foi lá no evento, ela foi testar uma bomba que vai jogar água, quando aparecer água, provavelmente o ano que vem. Então, isso nos preocupa muito com a crise, com a situação que nós estamos hoje e nossa senhora Presidente muitas vezes andando aí, muitas vezes não sabendo o que vai fazer.

Eu acho que tem que chamar à responsabilidade. Na campanha política, foram feitas muitas promessas, foi criado, nós vimos a energia estourando cada vez mais, a gente vê a questão do combustível cada vez maior, o dólar já chegou a quatro reais, mais de quatro reais e isso nos preocupa muito, a credibilidade, a crise que nós temos hoje da credibilidade nesse país é que está, a preocupação que tem, só se fala em debitar isso nas pessoas, ver onde vai arrecadar e só ver comentários dizendo como que vai buscar mais dinheiro da população para tapar os buracos e a gente não sabe e essa falta

de credibilidade, tudo que o país economiza acaba esvaziando, acaba sumindo porque não resolve o problema e o povo fica mais endividado.

O Sr. Laerte Gomes – Um aparte, Deputado.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Pois não, Deputado.

O Sr. Laerte Gomes – Senhor Deputado Adelino, parabéns aí pelo tema que traz, mais uma vez, falando da situação do nosso país, e Vossa Excelência falou uma coisa agora que realmente revolta o povo brasileiro e a gente de um modo geral, a criação de novos tributos e de novos impostos, o brasileiro não suporta mais pagar impostos. Aqui em Rondônia nós temos exemplos. O ICMS nosso aqui da energia é o mais caro do Brasil que é 20%. Então, eu acho que chegou o momento de nós buscarmos alternativas e dentre elas é aquelas que foram faladas quando eu fiz uso da palavra e Vossa Excelência apartou. A cobrança das dívidas bilionárias que as grandes empresas desse país têm com o Fisco. Mas não o fazem, eu não sei por quê, não sei se é a pressão, se é o tamanho, se é o porte das empresas. Mas o Governo tem que tomar uma decisão, o que não pode é colocar a conta no bolso do trabalhador pequeno, do médio, do cidadão, tem que se partir para cima do ativo que tem para receber. E a gente espera que o Governo faça isso, não é criando CPMF, outra carga tributária. Ontem eu li uma matéria no site da UOL e o Governo Federal querendo aumentar a CIDE, aumentar CONFINS, porque aí é por decreto, não precisa do Congresso.

O SR. ADELINO FOLLADOR – E não compartilha com os Municípios, é coisa que fica só para o Governo.

O Sr. Laerte Gomes – E não compartilha com os Municípios, é só olhando o bolso dele. Então, mais uma vez, eu parabeneizo Vossa Excelência por trazer esse tema aí muito importante. Parabéns.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Obrigado, Deputado Laerte, e com certeza a preocupação é de toda a população do Brasil, e quero deixar aqui registrado. Muito obrigado.

A SRA. GLAUCIONE (Presidente) – Ainda nas Comunicações de Lideranças, com a palavra o Deputado Maurão de Carvalho.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO – Quero cumprimentar meus colegas Deputados, Deputada Glaucione, Deputada Lúcia Tezeza, Deputada Rosângela, em nome das Deputadas cumprimentar os Deputados. Cumprimentar a imprensa, os nossos amigos que estão no Plenário.

A minha vinda, Deputado Aécio, Deputado Hermínio, a esta tribuna, eu queria aqui pedir o apoio dos colegas, Deputado Adelino, a respeito da pista de caminhada aqui, o Espaço Alternativo. O Espaço Alternativo, eu fiz uma reunião esses dias com o Conselheiro Crispim e ele me garantiu que com 30 dias votaria aquele processo de investigação que foi suspenso da empresa que executou o Espaço Alternativo. E já faz mais de 90 dias e não acontece, Deputado Lazinho, não aconteceu

nada. E se você que vai caminhar na pista ali, no Espaço Alternativo, você pode, ali tem quatro, cinco mil pessoas caminhando e vendo a obra faltando 10% para terminar, estragando, demolindo, isso precisando apenas ser resolvido um processo que está na mão do Tribunal de Contas.

Então, eu queria aqui pedir o apoio dos colegas que ajudem a cobrar, não do Governo do Estado, que o Governo quer resolver, mas sim do Tribunal de Contas que está com esse processo por mais de 90 dias, que já era para ter resolvido, e eu cobre. Fizem um compromisso, que o Conselheiro Crispim apenas queria por 30 dias para que pudesse resumir o processo e colocar em pauta para votar e definir se continuaria a empresa que está ou se abria outro processo licitatório. Eu creio que abrir outro processo, Deputada Glaucione, aí vai mais um ano, dois anos. Se tem alguma coisa errada na empresa que executou até agora, Deputado Adelino, que o Tribunal faça a inspeção e possa constatar o que tiver de errado e o que estiver certo. Daqui para a frente, faça certo, mas, faltam apenas 10% da obra para ser concluídos e, portanto, é preciso que o Tribunal de Contas resolva esse processo, que delibere e deixe a empresa concluir, porque o povo de Porto Velho está perdendo e o Estado está perdendo, está tendo grande prejuízo, que depois esses 10% vão custar mais de 50% do custo daquela obra do Espaço Alternativo.

Então, é importante que o Tribunal de Contas defina, eu já tenho cobrado isso do Tribunal de Contas, que eles querem cuidar de todos os processos, tudo que é obra, tudo que é convênio eles têm por obrigação de fiscalizar, de acompanhar os processos, mas se eles não têm, Deputado Lazinho, técnicos, que eles alegam que não têm, aí o Estado não pode estar perdendo, tomando prejuízo, o povo está perdendo com uma obra que faltam menos de 10% e está aí no Tribunal de Contas sem resolver, e é responsabilidade do Tribunal de Contas e o Tribunal de Contas eu já tenho cobrado pessoalmente, eu quero aqui pedir o apoio desta Casa para que some junto e o Tribunal de Contas venha desarmar esse processo e definir para que a empresa, ou que seja outra empresa, vá fazer esta obra e concluir essa obra de grande importância, que foi uma obra que deu certo, o Espaço Alternativo, são mais de 5 mil pessoas que você pode ver fazendo caminhada ali, quem vai caminhar, eu algumas vezes, porque é muito difícil, mas as poucas vezes que eu estive no Espaço Alternativo tive a oportunidade de ver a multidão de pessoas caminhando ali.

O Sr. Adelino Follador – Um aparte, Deputado?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO – Deputado Adelino com a palavra.

O Sr. Adelino Follador – Eu quero parabenizar o Deputado Maurão por trazer este assunto que eu tenho certeza que todo mundo que anda aí à tarde, eu nunca fui andar, mas eu já fui com meus netos, com a minha família e já estive lá várias vezes, e está todo mundo preocupado porque está deteriorando aquilo que já está feito. Então, com certeza deve responsabilizar, não somos contra, não, tem que responsabilizar quem tem culpa, deve cobrar de quem deve cobrar, mas tem que andar, tem que terminar aquela obra, porque não podemos deixar aquela obra só faltando, como V.Exª falou, 10% e dete-

riorando e depois talvez vai ter que refazer talvez 30%, 40% porque vai estragando.

Então, com certeza, parabenizar e conte comigo, eu tenho que esta Casa todo mundo está com o mesmo pensamento, e a população que usa, que passa ali, inclusive o pessoal do interior que passa ali e vê aquela situação, todo mundo fala que é uma pena que aquilo não terminou, não conclua e que a população possa usar definitivamente. Obrigado.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO – Obrigado, Deputado Adelino. E V. Exª que mora lá em Ariquemes e pouco vai ali, mas sabe da importância da obra, e o Deputado Laerte Gomes que toda semana está caminhando lá, eu tenho certeza, Deputado Laerte, ele tira um tempo para caminhar porque quer manter...

O Sr. Laerte Gomes – Um aparte, nobre Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO – Pois não.

O Sr. Laerte Gomes - Eu estou caminhando e tropeçando lá, porque uma coisa é a obra estar parada, outra coisa é a falta de manutenção, uma vergonha, as lâmpadas queimadas lá. Já ligaram? Então ligaram tarde, parabéns, Deputado Aécio, porque ficou um mês lá, Presidente, que ninguém andava na escuridão. Mas eu queria parabenizar V. Exª pelo tema que traz. Logicamente que hoje é o ponto de encontro aqui da comunidade de Porto Velho e onde as pessoas exercitam a prática do esporte, caminhadas, e na verdade acaba se encontrando e conversando, virou um ponto de encontro de amigos ali naquele parque, e logicamente que o Tribunal de Contas exerceu o seu papel que é de fiscalizar, como o Ministério Público também, mas tem que se ter início, o que não pode é o que está havendo lá, deteriorando a obra, estragando e acabando, perdendo, daqui a pouco é o erário que vai sofrer porque vão voltar ou vão licitar de novo, como V.Exª falou, ou dar ordem de serviço, aí vai querer mais aditivo porque estragou isso, estragou aquilo e quem paga mais uma vez é a população.

Então, precisa se apurar o que realmente foi feito e já houve aí, é pública a operação que teve em cima daquela obra, mas, Presidente Glaucione, precisa que a obra seja concluída, até porque a obra é da sociedade, é do povo, quem pagou por aquilo ali ou ainda vai pagar, que é o financiamento, é a população do Estado de Rondônia, então não pode mais sofrer prejuízo. Há prejuízo com a demora na entrega da obra, Deputado Dr. Neidson, e há prejuízo com o custo dela daquela forma que está se deteriorando.

Então, eu queria parabenizar V. Exª sempre, Presidente Maurão, batendo em temas relevantes, preocupado aqui com a nossa Capital, com o nosso Estado e trazendo um tema importante, não só trazendo aqui na tribuna como indo ao Tribunal de Contas, indo ao Ministério Público, indo ao Governo para tentar solucionar e resolver esse problema que essa obra está trazendo, está trazendo um prejuízo enorme aqui para a população de Porto Velho, para o Estado, porque, além de não estar concluída, está se deteriorando. Parabéns, Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Obrigado Deputado Laerte, com certeza, Vossa Excelência é um dos que

caminham lá e sabe o número de pessoas que estão ali. Além da obra ter dado certo, a obra, são cinco mil pessoas que estão ali participando, que hoje dependem daquela pista que deveria estar terminada, e se concluir vai ter mais, porque a hora em que ela estiver pronta, além do prejuízo que nós estamos tendo, a população também está tendo porque já era para estar pronta, infelizmente teve esse processo que está sendo investigado, mas já tem o prazo, o Ministério Público já entregou, o Tribunal de Contas nós já chamamos no nosso gabinete. Ouvimos os Técnicos, os Conselheiros, ele pediu trinta dias para pôr em pauta para votar e definir isso. E já faz mais de 90 dias e as pessoas têm me cobrado e eu tive que vir agora à tribuna. Primeiro, convidei os Conselheiros para que viessem ao nosso gabinete e que tomassem uma providência, e que nós não podemos continuar o Estado perdendo uma obra tão importante como essa.

O Sr. Aélcio da TV – Conceda-me um aparte?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO – Pois não, Deputado.

O SR. AÉLCIO DA TV – Presidente, eu quero agradecer Vossa Excelência por estar empenhado e preocupado com a situação de uma obra de Porto Velho. Vossa Excelência, como Presidente da Assembleia, as responsabilidades de Vossa Excelência acabam caindo no Estado, mas, principalmente nós, Deputados, que temos base em Porto Velho, eu, Deputado Léo Moraes, o Deputado Hermínio, o Deputado Jesuíno, o Deputado Ribamar, sabemos das cobranças que recebemos diariamente da população porque aquela obra está paralisada.

Eu quero, inclusive como frequentador, eu sou frequentador assíduo dali, muito antes de começar a obra, sofri na pele juntamente com toda população o problema da iluminação por praticamente 10 meses, desde o início do ano. Felizmente, na semana passada, a Prefeitura puxou a energia, tinham sido roubado os fios, a Prefeitura puxou os fios, está ligado novamente. Caminhei na semana passada, essa semana não fui ainda devido ao feriado de ontem, por ter ido participar do Desfile, mas eu sei da preocupação de todos, de toda a população com relação àquela obra paralisada. Fiz o compromisso, acabei de entrar em contato com o meu professor Crispim para que amanhã eu possa fazer uma visita para ele, porque ele está cobrando também, reiterando a sua cobrança para que o Tribunal de Contas possa liberar essa obra. Eu sou favorável à fiscalização e à punição de quem deve, mas eu sou contrário às obras paralisadas, ficarem paralisadas como está ali o Espaço Alternativo sendo corroído pelo tempo, as ferragens, enfim. Aquela obra hoje com esse tempo que está paralisada, eu tenho certeza que 50% do que foi feito já estão destruídos pelo tempo por não ter sido concluídos. Então, o custo, o gasto de uma obra paralisada é muito maior do que o desvio nela, se porventura aconteceu e depois ficou provado. Só que eu sou a favor da punição, da fiscalização, mas sou contrário à paralisação das obras para que as obras não fiquem se acabando como está aquele Espaço Alternativo.

Eu quero parabenizar Vossa Excelência e dizer que eu também estou solidário para que aquela obra seja retomada. Semana passada eu estava participando de um programa de rádio do Arimar e ele fez um pedido: *Por favor, mobilize os*

Deputados para que o Tribunal de Contas libere aquela obra para ser retomada. Então, tem meu apoio, e muito obrigado pelo apoio de Vossa Excelência a essa causa tão importante para Porto Velho.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO - O Arimar que te cobrou e também já me cobrou. Ele todos os dias quase está lá caminhando. Ele é testemunha disso, e sabe do número, da quantidade de pessoas e da importância daquela obra. E ele tem cobrado no programa de rádio dele, mas não tem, o pessoal não tem entendido e não tem acelerado esse processo. E nós fizemos essa cobrança. Agora eu espero que mais essa nossa cobrança aqui no Plenário, nesta Tribuna, e eu tenho certeza que a mídia vai estar divulgando, e Vossa Excelência que tem o Professor Crispim como o seu professor e vai estar amanhã, Deputado Aélcio, cobre dele, ele é o Relator do Processo, portanto, é só colocar o processo em pauta para votar o quanto antes. Porque daqui a pouco não vai resolver mais nada, Deputado Doutor Neidson, a hora que colocar e aquelas madeiras estiverem todas podres, não tiver mais como, não tem mais, aí tem que refazer tudo, o prejuízo já foi grande. Já se fala em 40%, 50% de prejuízo, pode chegar a 100%, e o povo vai continuar perdendo. Essa é a minha fala. Obrigado.

(Às 17 horas e 20 minutos a Sra. Glaucione passa a presidência para o Sr. Maurão de Carvalho)

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) - Quero aqui só registrar a presença do Juarez, meu amigo de Vale do Paraíso, Presidente do nosso Partido o PP, grande companheiro. Prazer tê-lo aqui no nosso Plenário, Juarez. Sinta-se à vontade, aqui é a nossa Casa.

Encerradas as Comunicações de Lideranças, passamos à Ordem do Dia.

Solicito à Sra. Secretária que proceda à leitura das proposições recebidas.

A SRA. GLAUCIONE (2ª Secretária) – Procede à leitura das proposições recebidas.

APRESENTAÇÃO DE MATÉRIAS

- PROJETO DE LEI DA DEPUTADA GLAUCIONE. Que denomina de “Everaldo Barbosa Góes” a Rodovia Estadual 383, situada entre os Municípios de Cacoal e Rolim de Moura, do Estado de Rondônia.

- PROJETO DE LEI DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID. Que institui o Dia do Policial Militar e do Bombeiro Militar da Reserva Remunerada ou Reformado, no âmbito do Estado de Rondônia.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID. Concede o Título Honorífico de Cidadão do Estado de Rondônia ao Sr. Carlos Alberto Martins Manvailer.

- PROJETO DE RESOLUÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES. Institui, no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, a Frente Parlamentar Permanente de Mobilidade Urbana.

- **REQUERIMENTO DO DEPUTADO LÉO MORAES.** Requer à Mesa Diretora a realização de Audiência Pública no Distrito de União Bandeirantes, no Município de Porto Velho, a ser realizada no dia 02 de outubro de 2015, às 10:00 horas, com o objetivo de debater sobre o processo de Reintegração/Manutenção de Posse da área de terra do CONTI.

- **REQUERIMENTO DO DEPUTADO DR. NEIDSON.** Requer a convocação, no dia 18 de setembro de 2015, às 15 horas, para Audiência Pública a ser realizada no Município de Guajará-Mirim, da senhora Zilene Rabelo, junto a Secretaria de Estado de Assuntos Estratégicos – SEAE, responsável pelos benefícios atinentes aos Alagados e prejudicados pela Enchente do Rio Madeira de Guajará-Mirim e Nova Mamoré, com intuito de prestar esclarecimentos sobre a atual situação do pagamento do referido benefício, bem como outros assuntos relacionados.

- **REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID.** Requer Voto de Louvor para o 2º Tenente Carlos J. Pinho Cavalcante, para reconhecimento e agradecimento pelo profissionalismo e comprometimento com a Polícia Militar do Estado de Rondônia.

- **REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID.** Requer à Mesa Diretora que seja solicitado ao Governo do Estado, explicações quanto aos valores reduzidos ou majorados em relação à Mensagem nº 172, de 1º de setembro de 2015, com a finalidade de aprovação do Projeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Suplementar por Anulação e por Excesso de Arrecadação, até o montante de R\$ 18.930.192,41, em favor da Unidade Orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES.

- **REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID.** Requer à Mesa Diretora que seja solicitado ao Governo do Estado explicações quanto aos valores reduzidos ou majorados em relação à Mensagem nº 175, de 1º de setembro de 2015, com a finalidade de aprovação de Projeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Suplementar por Anulação, até o montante de R\$ 3.016.545,77, em favor da Unidade Orçamentária Superintendência Estadual da Juventude, Cultura, Esporte e Lazer – SEJUCEL e Fundo Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – FUNEDCA.

- **REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID.** Requer à Mesa Diretora que seja solicitado ao Governo do Estado explicações quanto aos valores reduzidos ou majorados em relação à Mensagem 173, de 01 de setembro de 2015, com a finalidade de aprovação de Projeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Suplementar por Superávit Financeiro, até o montante de R\$ 13.665.397,68, em favor da Unidade Orçamentária Fundo Estadual de Saúde – FES.

- **REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID.** Requer à Mesa Diretora que seja solicitado ao Governo do Estado explicações quanto aos valores reduzidos ou majorados em relação à Mensagem 174, de 01 de setembro de 2015, com a finalidade de aprovação de Projeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Suplementar por Superávit Financeiro,

até o montante de R\$ 915.467,00, em favor da Unidade Orçamentária Defensoria Pública do Estado de Rondônia – DPE.

- **REQUERIMENTO DO DEPUTADO LAERTE GOMES.** Requer à Mesa Diretora que solicite junto ao Governo do Estado de Rondônia - SEAS a cópia do Projeto original do Residencial Bosque dos Ipês, na cidade de Ji-Paraná.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO CLEITON ROQUE.** Indica ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem, Infraestrutura e Serviços Públicos – DER, a necessidade de patrolamento e encascalhamento da Linha P-40, sequência da RO-490 que interliga os municípios de Alto Alegre dos Parecis e Alta Floresta d'Oeste.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO CLEITON ROQUE.** Indica ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem, Infraestrutura e Serviços Públicos – DER, a necessidade de recuperação da ponte sobre o rio Vermelho, na Linha P-40, sequência da RO-490, próximo ao distrito Flor da Serra, no município de Alto Alegre dos Parecis.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LAZINHO DA FETAGRO.** Indica ao Governo do Estado de Rondônia, c/c às Secretarias SEDUC e SEAS, da necessidade da realização de ciclos de palestras nas Escolas de Ensino Médio e Fundamental e nas Escolas Família Agrícola – EFA, esclarecendo aos alunos sobre os efeitos e riscos do consumo de drogas.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LAZINHO DA FETAGRO.** Indica ao Governo do Estado de Rondônia, c/c ao Departamento de Estradas de Rodagem, Infraestrutura e Serviços Públicos – DER, da necessidade do rebaixamento de uma serra localizada na Linha 615, km 03, localizada no município de Jaru/RO.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO RIBAMAR ARAÚJO.** Indica ao Senhor Governador do Estado a necessidade da colocação de placas explicativas sobre homenageados que dão nome a bem imóvel público.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LAZINHO DA FETAGRO.** Indica ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia a apreciação e aprovação da minuta do anteprojeto de lei que dispõe sobre as regras de distribuição dos créditos decorrentes de compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos - *royalties*, no âmbito do Estado de Rondônia. Lidas as matérias, senhor Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Solicito à senhora Secretária que proceda à leitura das matérias a serem apreciadas.

A SRA. GLAUCIONE (2ª Secretária) – **REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID.** Requer Voto de Louvor para o 2º Tenente Carlos J. Pinho Cavalcante para reconhecimento e agradecimento pelo profissionalismo e comprometimento com a Polícia Militar do Estado de Rondônia.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em discussão e votação o Requerimento do eminente Deputado Jesuíno Boabaid. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

Está aprovado o Requerimento. Vai ao Expediente.

Próxima matéria, senhora Secretária.

A SRA. GLAUCIONE (2ª Secretária) - REQUERIMENTO DO DEPUTADO DR. NEIDSON. Requer a convocação, no dia 18 de setembro de 2015, às 15:00 horas, para Audiência Pública a ser realizada no município de Guajará-Mirim, da senhora Zilene Rabelo, junto à Secretaria de Estado de Assuntos Estratégicos – SEAE, responsável pelos benefícios atinentes aos alagados e prejudicados pela enchente do rio Madeira de Guajará-Mirim e Nova Mamoré, com o intuito de prestar esclarecimentos sobre a atual situação do pagamento do referido benefício, bem como outros assuntos relacionados.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em discussão o Requerimento do Deputado Dr. Neidson. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

Aprovado. Vai Expediente.

Próxima matéria, senhora Secretária. Agora nós vamos apreciar os Vetos.

A SRA. GLAUCIONE (2ª Secretária) – Presidente, só Questão de Ordem. Eu quero comunicar aos Doulas que vieram para o Plenário que nós, assim que votarmos esses Vetos que estão trancando a pauta, em seguida votaremos o projeto, a Lei das Doulas.

O SR. LAERTE GOMES – Qual Projeto que vai votar depois?

A SRA. GLAUCIONE (2ª Secretária) – Das Doulas.

A SRA. LÚCIA TEREZA – Das Doulas, vamos votar imediatamente para acabar.

A SRA. GLAUCIONE (2ª Secretária) – Obrigada, Deputada.

O SR. LÉO MORAES – Deputada Lúcia, tem a pauta que está obstruída, então as Doulas vão ser só na Extraordinária, as pessoas estão aguardando. Então, é bom até para esclarecer, para que elas não fiquem aqui horas e horas. Vai ser só na Extraordinária.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Destrancar a pauta com os vetos. Os vetos são prioridade, depois destranca a pauta, que aí volta a votar os Projetos normais, não demora muito, não, questão de quarenta minutos aí para votar, vocês podem acompanhar, não tem problema nenhum.

O SR. ADELINO FOLLADOR - Questão de ordem, Senhor Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. ADELINO FOLLADOR – A questão também, as pessoas que estão com crianças, se quiserem ir embora, já é consenso desta Casa, não é, Deputada Glaucione? Não vai ter problema nenhum na hora da votação pelo que eu vejo e nas Comissões também foi consenso. Se alguém estiver com criança e não quiser ficar esperando, não é, Deputada Glaucione?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Não tem problema não, com certeza vai ter o apoio e nós vamos votar por unanimidade o pedido de vocês.

A SRA. GLAUCIONE (2ª Secretária) – Obrigada, Presidente. Continuando. Veto Parcial...

O SR. LAERTE GOMES – Senhor Presidente, o Projeto do Deputado Ezequiel, vai votar hoje? Não.

A SRA. GLAUCIONE (2ª Secretária) – Que Projeto?

O SR. ADELINO FOLLADOR – Tem muito Projeto, Deputado Ezequiel. Qual deles?

A SRA. GLAUCIONE (2ª Secretária) – Senhor Presidente, questão de ordem.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Pois não, Deputada.

A SRA. GLAUCIONE (2ª Secretária) – Só para esclarecer, nós temos muitos Vetos aqui que estão trancando a pauta, não é?

VETO PARCIAL Nº 012/15 DO PODER EXECUTIVO – MENSAGEM 132. Veto Parcial ao Projeto de Lei nº 021/15, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre a estruturação organizacional e o funcionamento da Administração Pública Estadual, extingue, incorpora órgãos do Poder Executivo Estadual e dá outras providências.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Presidente, questão de ordem.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Só para que a gente tenha um bom andamento da votação dos Vetos, existem alguns Vetos aqui que eu pediria ao líder, se pudesse, fazer uma justificativa de um Projeto como esse dessa Lei Complementar que dispõe sobre a estruturação organizacional e funcionamento da Administração Pública, que o senhor falasse um pouquinho por qual motivo do Veto.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – O Projeto já está com parecer, Deputado.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Não, tudo bem, eu só estou falando para discussão, não estou falando do parecer para a gente ter um encaminhamento positivado.

O SR. LAERTE GOMES – O nobre Deputado Jean, Presidente, ele não faz parte da CCJ, então ele não participou da votação, isso é importante.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Me sinto prejudicado, senhor Presidente, por conta disso.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – O Projeto é do Governo, que é o Veto Parcial, Projeto de Lei Complementar de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre a estruturação organizacional e o funcionamento da Administração Pública Estadual.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Questão de ordem, Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) Pois não, Deputado.

O SR. HERMÍNIO COELHO – O Veto teve alguma emenda no Projeto e ele vetou a emenda de algum Deputado, ou ele vetou o Projeto dele mesmo?

O SR. ADELINO FOLLADOR – Vetou a emenda. Vota a emenda.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Qual a emenda que ele vetou? Quem foi que apresentou a emenda?

O SR. JEAN OLIVEIRA – É preciso, sem atropelo, eu peço aqui para o Secretário Legislativo, para o Presidente, para que o Líder justifique o Veto.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Não, o Líder não está aqui, não.

O SR. JEAN OLIVEIRA – O Líder está aqui, Deputado Cleiton Roque, aqui.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Ele é o vice.

O SR. JEAN OLIVEIRA – É o vice, mas no caso da ausência do Líder.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – O Veto já foi discutido, já tem parecer.

O SR. LAERTE GOMES – Mas é o verdadeiro Líder. O Deputado Cleiton Roque.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Eu tenho emenda nesse Projeto, tenho interesse, Presidente, por favor.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Pode ser explicado na discussão.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Não, só é dizer o que é o que...

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Eu vou pedir ao Líder do Governo, Deputado Cleiton Roque. Cadê ele, está aqui? O relator aqui é o Deputado Léo Moraes.

A SRA. GLAUCIONE (2ª Secretária) - Presidente, Questão de Ordem.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Pois não, Deputada.

A SRA. GLAUCIONE – É interessante mesmo o que o Deputado Jean disse, para que os trabalhos fluam com maior rapidez, tanto o Líder ou Relator do parecer que se posicione rapidamente e vá para a tribuna e esclareça o porquê do Veto, porque senão os Deputados ficam votando sem saber o que estão votando. Então, esclarecesse o que é, o que o Governador vetou para votar com consciência, não é, Deputado Laerte?

O SR. LAERTE GOMES – É. O Líder do Governo chegou agora. O Deputado Edson chegou aí para dar as respostas.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Essa reforma do Governo, nem o Governo sabe o que é que ele fez, imagine o Vice-Líder.

O SR. CLEITON ROQUE – Sabemos sim, Deputado. Na realidade, Deputado Jean, é porque a emenda que foi feita no Projeto de Lei colocava em conflito as competências da PGE e da SEFIN. Então, por isso a necessidade de ser vetada, que ela está infringindo, que era uma competência da SEFIN passava a ser da Procuradoria Geral. Então, estava tendo conflito entre as duas Secretarias. O Veto foi exclusivamente essa questão.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Obrigado, Deputado Cleiton Roque. Só para justificar, Presidente, que eu tinha uma emenda e eu fiquei preocupado que a minha emenda fosse vetada.

O SR. CLEITON ROQUE – A emenda é questão de ordem técnica, Deputado Jean. Só uma questão de ordem técnica. Encaminhamos a manutenção do Veto.

O SR. LAERTE GOMES – Vice-Líder, o relator do projeto, o parecer dele, o parecer...

O SR. CLEITON ROQUE – É pela manutenção do Veto.

O SR. LAERTE GOMES – Mas eu confio em Vossa Excelência. Deputado Jean, satisfeito?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – O projeto já está com parecer. Votação nominal. Encaminhamento. Gostaria que o Líder do Governo fizesse o encaminhamento como votar.

O SR. CLEITON ROQUE – O encaminhamento, Senhor Presidente, é pela manutenção do Veto. É SIM, manutenção do Veto.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO – Está iniciada a votação.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	- sim
- Deputado Aécio da TV	- sim

- Deputado Airton Gurgacz	- ausente
- Deputado Alex Redano	- ausente
- Deputado Cleiton Roque	- sim
- Deputado Dr. Neidson	- sim
- Deputado Edson Martins	- sim
- Deputado Ezequiel Júnior	- sim
- Deputada Glaucione	- sim
- Deputado Hermínio Coelho	- não
- Deputado Jean Oliveira	- sim
- Deputado Jesuíno Boabaid	- sim
- Deputado Laerte Gomes	- sim
- Deputado Lazinho da Fetagro	- sim
- Deputado Lebrão	- ausente
- Deputado Léo Moraes	- sim
- Deputada Lúcia Tereza	- sim
- Deputado Luizinho Goebel	- ausente
- Deputado Marcelino Tenório	- sim
- Deputado Maurão de Carvalho	- sim
- Deputado Ribamar Araújo	- sim
- Deputada Rosangela Donadon	- sim
- Deputado Saulo Moreira	- ausente
- Deputado Só Na Bença	- sim

Com 18 votos favoráveis e 01 contrário, está mantido o Veto.

Próxima matéria Secretária.

O SR. LAERTE GOMES – O Deputado Jesuíno, Senhor Presidente, votou SIM na CCJ. Votou SIM.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Eu votei contra o Veto do Governo. Eu votei porque o Governo nem sabe o que significa essa reforma. Essa tal dessa reforma que ele fez, nem ele sabe o que ele vetou ou o que ele fez. Porque se o Líder orienta para votar sim, eu voto não, porque eu não faço parte da base. Porque se não tiver uma orientação, eu posso até votar sim, se tiver orientação eu voto contra, porque eu não faço parte da base governista.

O SR. LAERTE GOMES – É, Deputado Hermínio, o Deputado Jesuíno é seu seguidor, na CCJ ele vota sim, aqui ele vota não.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Eu me lembro, Deputado Laerte, que numa votação, logo no começo da legislatura passada, o Deputado Hermínio inventou de votar não em todos os projetos, não interessava qual. Chegou aqui um projeto importante que era para o servidor, aumento para o servidor da Casa, ele foi e votou não. Depois esse homem se arrependeu de um tanto, de um tanto e não tinha como voltar atrás. Então, por isso que eu peço a Vossa Excelência que acompanhe muitas vezes o consenso para que a gente possa ter um encaminhamento positivo.

A SRA. GLAUCIONE (2ª Secretária) – VETO PARCIAL Nº 13/15 DO PODER EXECUTIVO – MENSAGEM 139. Veto Parcial do Projeto de Lei nº 092/15 de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2016.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – O projeto já encontra-se com parecer, e o parecer é para a rejeição do veto. Passamos à votação. O painel já está aberto.

O SR. LAERTE GOMES – Quem é o relator, Sr. Presidente?

O SR. EDSON MARTINS – Presidente, a orientação, Deputada Glaucione, esse veto está vetando emenda que teve na LDO?

A SRA. GLAUCIONE (2ª Secretária) – Esse veto é para LDO que vai ter validade no orçamento de 2016. Então, é importante que o Líder ou o Relator esclareça exatamente o que é porque vai tratar sobre o orçamento de 2016.

O SR. EDSON MARTINS – Mas é veto total na LDO ou é emenda que teve na LDO?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Esse veto eu encaminho para votar NÃO, porque nós vamos, é veto parcial, senão nós vamos acabar prejudicando.

O SR. LÉO MORAES – O Veto é parcial?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Foi feito aqui na emenda, encaminha NÃO.

O SR. CLEITON ROQUE – Presidente, na realidade, essa matéria, a LDO na Comissão de Finanças e Orçamento, quando chegou a proposta da LDO aqui, chegou da seguinte forma: o Estado ele fez uma projeção de arrecadação para o ano que vem inferior na nossa avaliação. O texto da emenda que nós fizemos foi da seguinte forma:

Art. 10º - Aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, o Ministério Público, o Tribunal de Contas e a Defensoria Pública do Estado, incluirão no Sistema de Planejamento Governamental, o SIPLAG, ou outro que venha a substituí-lo, sua respectiva proposta orçamentária, observadas as diretrizes e os parâmetros estabelecidos nessa Lei para fins de consolidação do Projeto de Lei orçamentário no período de 10 de setembro a 19 de outubro de 2015.

Parágrafo 2º - Nas projeções das receitas deverão ser consideradas as arrecadações dos últimos cinco anos e deverão ser expurgados os efeitos da queda da arrecadação provenientes do desaquecimento da economia do Estado pela redução do ritmo das obras das Usinas de Santo Antônio e Jirau. A justificativa do Veto: Não existe fundamentação para exigência inovadora e, ao contrário ao interesse público, a Lei de Responsabilidade Fiscal já contempla em seu artigo 9º a possibilidade de revisão das projeções, não somente relacionadas com as Usinas, mas dentro de todo o contexto econômico através do ato próprio dos Poderes.

Porém, Sr. Presidente, como já é do conhecimento de Vossa Excelência, em reuniões com os Chefes dos Poderes, ficou acordado de que essa projeção de receita ela será feita em cima da realizada, não é isso? Na última reunião, a equipe técnica da Assembleia com os representantes dos demais Poderes, ficou estabelecido que a projeção da receita será feita em cima da receita realizada. Dessa forma, o nosso

posicionamento como também Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento é pela rejeição ao veto. É Não.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Muito bem explicado pelo nosso líder. E o nosso líder está bem atualizado, viu, gente? É não o encaminhamento.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Meu companheiro Hermínio, nosso Líder está super informado, está vendo aí?

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	- ausente
- Deputado Aécio da TV	- ausente
- Deputado Airton Gurgacz	- ausente
- Deputado Alex Redano	- ausente
- Deputado Cleiton Roque	- não
- Deputado Dr. Neidson	- não
- Deputado Edson Martins	- não
- Deputado Ezequiel Júnior	- não
- Deputada Glaucione	- não
- Deputado Hermínio Coelho	- não
- Deputado Jean Oliveira	- não
- Deputado Jesuíno Boabaid	- não
- Deputado Laerte Gomes	- não
- Deputado Lázinho da Fetagro	- não
- Deputado Lebrão	- ausente
- Deputado Léo Moraes	- ausente
- Deputada Lúcia Tereza	- não
- Deputado Luizinho Goebel	- ausente
- Deputado Marcelino Tenório	- não
- Deputado Maurão de Carvalho	- não
- Deputado Ribamar Araújo	- não
- Deputada Rosângela Donadon	- não
- Deputado Saulo Moreira	- não
- Deputado Só Na Bença	- não

Com 17 votos contrários, está rejeitado o Veto. Vai ao Expediente.

Próxima matéria, Secretária.

A SRA. GLAUCIONE (2ª Secretária) – VETO TOTAL Nº 022/15 DO PODER EXECUTIVO - MENSAGEM 129. Veto Total ao do Projeto de Lei nº 041/15 do Poder Executivo, que altera a Lei nº 3.163, de 27 de agosto de 2013.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – O Veto Total nº 022/15 já está com parecer pela rejeição do Veto.

O SR. LAERTE GOMES – Quem foi o Relator? Na capa tem as iniciais aí.

O SR. LÉO MORAES – Deputado, nessa matéria também não importa muito quem é o Relator na Comissão de Constituição e Justiça, a discussão é da matéria. A discussão é da matéria, é da constitucionalidade, se passou por lá é porque é constitucional, porque é legal. A questão que, por exemplo, quando o Deputado Jean Oliveira questionou, ele queria saber quando a matéria, o que diz respeito e é justamente para o líder do

Governo opinar, se posicionar e manifestar a respeito da matéria em discussão, é legal, a Comissão de Constituição e Justiça vai discutir a constitucionalidade, técnica legislativa.

O SR. LAERTE GOMES – Mas eu preciso saber o relator, Deputada Lúcia....

O SR. LÉO MORAES – Quem é o relator? Qual é o projeto?

O SR. LAERTE GOMES – Para saber se fui eu para fazer a defesa do meu relatório, meu voto.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – A matéria não está em discussão, a matéria já é vencida, está em discussão o veto.

O SR. LÉO MORAES – Isso aí teve em uma votação, passou aqui, agora é o veto. Qual é a matéria, Presidente, deste projeto?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – É o Conselho Estadual de Segurança Pública.

O SR. LÉO MORAES – É aquele do Deputado Jesuíno. Cadê o Deputado Jesuíno? A emenda do Deputado Jesuíno que previa a participação, se eu não me engano, de dois membros do Poder Legislativo e foi vetado pelo Executivo, é essa matéria, por exemplo, essa eu me lembrei de cor.

O SR. JEAN OLIVEIRA – A justificativa é porque a gente é fiscalizador, é isso? Órgão fiscalizador e o Conselho, nós não necessitamos de assento para poder ocupar, acho que é mais ou menos essa justificativa que o Governo sempre tem.

A SRA. GLAUCIONE (2ª Secretária) – Presidente, Questão de Ordem. O Governo coloca que é inconstitucional o referido projeto, sendo resultado de transgressão ao princípio essencial do projeto de formação de leis, ofendeu o postulado da separação de Poderes, artigo 2º da Constituição Federal de 88 e da primazia do interesse público.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Deputado, já está com o parecer. O Deputado Jesuíno para ele discutir o parecer. Ele faz a defesa aí e pede voto. Se tiver voto...

O SR. JESUÍNO BOABAID – Presidente, isso aqui trata-se do Instituto do Conselho Estadual de Segurança Pública, é um dever desta Casa ter uma cadeira cativa lá, apenas foi essa a discussão, inclusive passado pela Comissão de Constituição e Justiça, passou pelo crivo, teve até emendas inerentes às alterações, não há nenhum prejuízo porque esta Casa já tem o papel fiscalizatório. Mas eu acredito que, inclusive orientação do próprio, a última agora que teve a questão do veto foi o parecer pela rejeição do veto, então não tem nenhum prejuízo, isso aqui é uma garantia constitucional nossa, é apenas uma alteração no texto onde quanto à questão da constitucionalidade ou inconstitucionalidade isso aqui é constitucional, esta Casa pode sim emendar a qualquer momento qualquer norma, desde que não altere o contexto. Então se

discute aqui um projeto de lei que trata de um Conselho, apenas uma emenda para discutir o assento da cadeira da Assembleia Legislativa, pode ser um Deputado, pode ser um indicado por nós, é apenas isso, para a gente ter uma cadeira no Conselho de Segurança. A orientação é para a rejeição, conforme parecer da própria Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. CLEITON ROQUE – Sr. Presidente, pela Liderança da Bancada do Governo na Casa, na realidade a emenda proposta pelo Deputado Jesuíno ela fez as alterações e diz o seguinte: ALE apresentou emenda que alterou substancialmente o conteúdo do projeto que contribui para o desequilíbrio da CONESP, desta forma percebe-se a ingerência do Poder Legislativo num órgão do Poder Executivo, violando o Princípio da Separação dos Poderes, caracterizando vício da iniciativa. A emenda proposta foi de 01 membro nato, que é a inclusão do Presidente da Comissão de Segurança Pública da ALE e inclusão de 02 cidadãos de reputação ilibada indicados pela ALE, desta forma a orientação por parte da Liderança do Governo é pela manutenção do Veto na emenda proposta pelo Deputado Jesuíno.

O SR. LÉO MORAES – Deputado Jesuíno, os outros 02 cidadãos podem ser outros 02 Deputados, não é?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Então o parecer já está emitido, não tem Deputado que queira discutir, vou encaminhar para a votação. O Deputado que queira votar acompanhando o pedido do Governo vai votar SIM; acompanhando o pedido do Deputado Jesuíno votam NÃO. Está aberta a votação.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	- não
- Deputado Aécio da TV	- não
- Deputado Airton Gurgacz	- ausente
- Deputado Alex Redano	- ausente
- Deputado Cleiton Roque	- sim
- Deputado Dr. Neidson	- não
- Deputado Edson Martins	- sim
- Deputado Ezequiel Júnior	- não
- Deputada Glaucione	- não
- Deputado Hermínio Coelho	- não
- Deputado Jean Oliveira	- não
- Deputado Jesuíno Boabaid	- não
- Deputado Laerte Gomes	- não
- Deputado Lázinho da Fetagro	- sim
- Deputado Lebrão	- ausente
- Deputado Léo Moraes	- não
- Deputada Lúcia Tereza	- não
- Deputado Luizinho Goebel	- ausente
- Deputado Marcelino Tenório	- não
- Deputado Maurão de Carvalho	- não
- Deputado Ribamar Araújo	- ausente
- Deputada Rosângela Donadon	- sim
- Deputado Saulo Moreira	- não
- Deputado Só Na Bença	- sim

Com 05 votos favoráveis, 14 votos contrários, está rejeitado o Veto. Vai ao Expediente.

Próxima matéria, senhora Secretária.

A SRA. GLAUCIONE (2ª Secretária) – VETO TOTAL Nº 023/15 - MENSAGEM 132. Veto Total ao Projeto de Lei nº 58 do Deputado Ribamar Araújo, que dispõe sobre desconto de 50% (cinquenta por cento) nos ingressos de Cinemas, Teatros, Eventos Culturais, Esportivos e de Lazer para o cargo de Professor.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – O Veto tem o parecer pela rejeição. Relatora Deputada Lúcia Tereza. Em votação. Está aberto o Painel.

O SR. RIBAMAR ARAÚJO – Vamos votar pelo NÃO.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Presidente, eu queria que o Líder me explicasse aí.

O SR. CLEITON ROQUE – Eu vou informar a posição do Governo relacionado a esse projeto de Lei: 'Fica assegurado ao Professor sobre desconto de 50% nos ingressos de Cinemas, Teatros, Eventos Culturais Esportivos e de Lazer para o cargo de Professor.

Veto. O Projeto fere diretamente a Constituição Federal, contrariando o princípio da igualdade quando adotado o critério de discriminação na qualidade de Professor.

Artigo 5º- Todos são iguais perante a Lei sem distinção de qualquer natureza. Garantindo a seus brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade de direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. Nos termos seguintes: Todo cidadão tem direito a tratamento idêntico.

O texto viola o dispositivo constitucional em seu artigo 170 da livre concorrência.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) - O Projeto é de autoria do Deputado Ribamar Araújo. Qual é o encaminhamento, Deputado Ribamar?

O SR. RIBAMAR ARAÚJO – O encaminhamento é pelo Voto NÃO.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Votar “Não”, então. Um Projeto importante.

O SR. LAERTE GOMES – Presidente, Questão de Ordem Sr. Presidente. Gostaria que ficasse registrado o Voto do Deputado Lázinho.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	- não
- Deputado Aécio da TV	- não
- Deputado Airton Gurgacz	- ausente
- Deputado Alex Redano	- não
- Deputado Cleiton Roque	- sim
- Deputado Dr. Neidson	- não
- Deputado Edson Martins	- não

- Deputado Ezequiel Júnior	- não
- Deputada Glaucione	- não
- Deputado Hermínio Coelho	- ausente
- Deputado Jean Oliveira	- não
- Deputado Jesuíno Boabaid	- não
- Deputado Laerte Gomes	- não
- Deputado Lázinho da Fetagro	- não
- Deputado Lebrão	- ausente
- Deputado Léo Moraes	- não
- Deputada Lúcia Tereza	- não
- Deputado Luizinho Goebel	- ausente
- Deputado Marcelino Tenório	- ausente
- Deputado Maurão de Carvalho	- não
- Deputado Ribamar Araújo	- não
- Deputada Rosângela Donadon	- ausente
- Deputado Saulo Moreira	- não
- Deputado Só Na Bença	- não

Com 01 Voto favorável e 17 NÃO, está rejeitado o Veto.

Próxima matéria, Senhora Secretária.

A SRA. GLAUCIONE (2ª Secretária) – VETO TOTAL Nº 026/15 DO PODER EXECUTIVO - MENSAGEM 141. Veto Total ao Projeto de Lei nº 080/15, de autoria do Deputado Jesuíno Boabaid, que “fica estabelecido que as concessionárias de veículos automotores sediadas no Estado de Rondônia plantem uma árvore para cada veículo novo vendido e dá outras providências”.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – O parecer é pela rejeição do Veto.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Presidente, Vossa Excelência me permite aqui um comentário ao Projeto do Deputado Jesuíno? Gostaria, Deputado, que Vossa Excelência não perdesse o objeto do projeto, uma vez que o projeto tem uma intenção boa, infelizmente os mecanismos que Vossa Excelência utilizou é impossível de se cumprir a Lei, mas acredito que Vossa Excelência podia fazer uma Lei dizendo que: “para cada carro a Concessionária ficava obrigada, ao fim do ano, doar uma muda ou para a sociedade civil organizada ou para os órgãos governamentais, seja Prefeitura, Governo do Estado, através de suas Secretarias, ONG’s”. Mas é um bom projeto e como Presidente da Comissão de Meio Ambiente, digo a Vossa Excelência que é bem-vindo sempre um Projeto dessa magnitude para o Estado de Rondônia.

O SR. CLEITON ROQUE – Sr. Presidente, em primeiro lugar, quando esse Projeto chegou, inclusive na Comissão de Finanças e Orçamento, eu particularmente analisei com bons olhos a iniciativa do Deputado Jesuíno, até porque nós estamos vivendo hoje numa sociedade que tem que estar atenta com as questões ambientais, porém a alegação do Executivo quanto ao Veto Total ao Projeto de Lei foi justamente porque o Projeto obriga as Concessionárias apresentarem relatórios trimestrais, bem como cria deveres ao Poder Executivo de fiscalizar o cumprimento dessa Lei, e os princípios gerais de Atividade Econômica, em seu artigo 70, “assegura que a Ordem

Econômica é fundada na livre iniciativa, vedada a ingerência do Poder Executivo na exploração das suas atividades. Quanto à poluição, ela é gerada pela utilização do veículo e não pela venda, o que significa que o usuário do veículo era quem deveria ser atingido pela oneração”.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Essa justificativa está muito furada. Eu concordo, mas a Assessoria também, do Governador, pelo amor de Deus. É só deixar o carro na garagem que não vai poluir nada, não, é só deixar na concessionária.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Deputado Cleiton, eu queria até deixar aqui bem claro que esse Projeto foi apresentado, inclusive fui procurado pelo próprio Vice-Governador do Estado de Rondônia, ele fez o compromisso numa Audiência Pública em buscar informações para não ocorrer situação desse Veto, eu fiquei até espantado com a questão desse Veto, mas não é inconstitucional, é algo que nós, como o próprio Presidente da Comissão de Meio Ambiente, o Deputado Jean comentou, as Concessionárias elas irão disponibilizar uma árvore, exemplo, uma muda de uma árvore para cada veículo a partir dessa data, é algo que nós temos que reflorestar, nós temos que pensar na natureza, é algo primordial às nossas gerações futuras, não sabemos o que irá ocorrer no futuro próximo. Então, o Estado de Rondônia, não é um Projeto que apenas vai ocorrer no Estado de Rondônia, já existem em outros Estados, então não tem nenhum...

O SR. CLEITON ROQUE – Na realidade, Deputado Jesuíno, quando Vossa Excelência propôs essa matéria, é até uma postura simbólica quanto ao incentivo de plante árvore, enfim, nós temos toda essa dificuldade ambiental que vivemos, mas essa é a posição do Governo, estou passando aqui a orientação que tivemos pela manutenção do Veto, seguindo a nossa posição.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Pelos argumentos que foram trazidos à baila aí, que foram discutidos neste exato momento, eu peço pela rejeição do Veto, inclusive com parecer para a gente mostrar o próprio Estado de Rondônia, a bancada deveria somar conosco aí para trazer essa inovação. Se houver projeto de alteração, proposta por parte de alteração da lei, tudo bem. Mas a gente não pode deixar este Parlamento, por questões inclusive sem legalidade, ele falar que não existe legitimidade para nós postularmos uma lei...

O SR. JEAN OLIVEIRA – Deputado Jesuíno, eu reitero aqui o pedido que eu fiz a Vossa Excelência. Talvez esse projeto não tenha ficado muito claro. Mas a matéria, do que se trata, o teor do projeto é muito importante. Eu acredito que a fundamentação que o Governo utilizou para vetar é furada. Eu só aceito o Veto com a condição de que Vossa Excelência encaminhe um novo projeto melhor ainda do que esse. Caso contrário, eu vou votar contra o Veto.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Deputado Jean, está lá a matéria, se Vossa Excelência quiser apreciar, tem lá as disposições, artigos que disciplinam. Não tem nenhum prejuízo. Vai ficar da mesma forma. É questão de regulamentação, o próprio Estado pode regulamentar, que é ao final do ano ele dar o quanti-

tativo de veículos vendidos e manda, escolhe uma entidade ou ele mesmo pode escolher um local para reflorestar. Então, não tem nenhum prejuízo. O próprio Estado pode trazer e regulamentar. É papel do Executivo regulamentar a lei. Nós iremos propor, porque no bojo da lei foi quase o que Vossa Excelência falou, para cada veículo, a única coisa que houve de alteração foi ao final do ano apresentar o relatório para colocar, no caso, apresentar as mudas no projeto de lei.

A SRA. LÚCIA TEREZA – Compra-se o carro e já leva o carro e a muda. A não ser que não vai andar com o carro.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Pode ser também. Pode ser.

A SRA. LÚCIA TEREZA – É no ato da compra, eu acho. Eu vou votar a favor.

O SR. JESUÍNO BOABAID – A orientação, Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – O painel está aberto para a votação.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	- não
- Deputado Aécio da TV	- não
- Deputado Airton Gurgacz	- ausente
- Deputado Alex Redano	- não
- Deputado Cleiton Roque	- sim
- Deputado Dr. Neidson	- não
- Deputado Edson Martins	- não
- Deputado Ezequiel Júnior	- não
- Deputada Glaucione	- não
- Deputado Hermínio Coelho	- ausente
- Deputado Jean Oliveira	- não
- Deputado Jesuíno Boabaid	- não
- Deputado Laerte Gomes	- não
- Deputado Lázinho da Fetagro	- não
- Deputado Lebrão	- ausente
- Deputado Léo Moraes	- não
- Deputada Lúcia Tereza	- não
- Deputado Luizinho Goebel	- ausente
- Deputado Marcelino Tenório	- ausente
- Deputado Maurão de Carvalho	- não
- Deputado Ribamar Araújo	- ausente
- Deputada Rosângela Donadon	- não
- Deputado Saulo Moreira	- ausente
- Deputado Só Na Bença	- não

Com 01 SIM e 16 votos contrários, está rejeitada a matéria. Vai ao Expediente.

Próxima matéria, senhora Secretária.

A SRA. GLAUCIONE (2ª Secretária) – VETO TOTAL Nº 027/15 DO PODER EXECUTIVO - MENSAGEM 142. Veto Total ao Projeto de Lei nº 122/15, de autoria do Deputado Aécio da TV, que dispõe sobre a proteção ao Professor e ao Servidor ou empregado da Educação no Estado de Rondônia.

O SR. AÉLCIO DA TV – Presidente, eu queria falar um pouquinho sobre a importância desse Projeto. Esse Projeto não traz nenhum tipo de despesa, ele não onera os cofres públicos em nada, mas ele é um Projeto importante para a Educação. Eu vou dar só um exemplo: uma criança que porventura esteja com uma caixinha de música, aquela caixinha que toca música na sala de aula, o Professor não pode tomar, ele não tem direito, não tem uma Lei que ampara ele retirar dessa criança. Se a criança está com celular atrapalhando a sala de aula, coisa parecida, não existe uma Lei que ampara o professor para recolher esse material que a criança esteja usando durante o período de aula para devolver depois, coisa parecida.

Então, o objetivo desse Projeto é proteger o Professor, dá legalidade ao Professor ter uma boa, para que os alunos possam ter uma boa conduta na sala de aula, esse é o grande objetivo. Eu não sei onde é que passa na cabeça vetar um Projeto desses, é um negócio que você não consegue nem entender, o que um Procurador que vai fazer uma defesa de um Projeto para vetar um Projeto desses, eu não sei o que passa na cabeça. O cara fala: *Isso aqui é bom. Vamos vetar então*, só pode, não vejo outra solução. Por isso, eu queria pedir a todos os colegas que a gente derrubasse esse Veto.

O SR. LÉO MORAES – Presidente, é premissa do educador, o Professor na sala de aula é soberano, eu acho que é totalmente pertinente essa mensagem aqui do Deputado aqui Aécio da TV.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Concordo também. O Veto está sem parecer. Eu peço ao Deputado Adelino Follador para emitir o parecer pelas Comissões Pertinentes.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Eu acho que a questão do Deputado Aécio com certeza tem uma preocupação muito importante hoje, na sala de aula é necessário. E eu sou de parecer contrário ao Veto, senhor Presidente, pela rejeição do Veto. Meu parecer é pela rejeição, porque eu creio que, eu estava preocupado aqui que com a penalidade, mas não tem penalidade nenhuma e a justificativa do Governo é que nós não teríamos, que a estruturação da Secretaria cabe ao Executivo então. Mas aqui eu acho que cabe, sim, não está onerando, não está criando, eu acho que com certeza faz parte da Comissão de Educação também, a Presidente está aqui a nossa eminente Presidente, nós temos que lutar para dar condições para ao professor hoje, e a questão da internet, a questão do celular hoje incomoda muito na sala de aula. Com certeza então, sou de parecer pela rejeição do veto, Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em discussão e votação o parecer, pela rejeição. Os Deputados favoráveis...

O SR. EDSON MARTINS – Presidente, Eu só queria, na discussão do Projeto, parabenizar o Deputado Aécio, viu, Deputado Aécio, eu acho que esse Projeto é importante, eu acho que com o *WhatsApp* atrapalha muito, eu não tenho dúvida de tirar o celular, recolher o celular, eu também sou favorável,

eu acho que a criança com o celular, com *WhatsApp* na escola prejudica muito a própria criança, eu acho que o Projeto é louvável, a iniciativa do Deputado Aécio, e não traz nenhum prejuízo. Então, eu também quero parabenizar e dizer que eu voto pela derrubada do veto.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

Está aprovado o parecer.

Em votação o Veto. Agora o painel está aberto.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	- não
- Deputada Aécio da TV	- não
- Deputado Airton Gurgacz	- ausente
- Deputado Alex Redano	- não
- Deputado Cleiton Roque	- sim
- Deputada Dr. Neidson	- ausente
- Deputado Edson Martins	- não
- Deputado Ezequiel Junior	- não
- Deputada Glaucione	- não
- Deputado Hermínio Coelho	- ausente
- Deputado Jean Oliveira	- ausente
- Deputado Jesuíno Boabaid	- não
- Deputado Laerte Gomes	- não
- Deputado Lazinho da Fetagro	- não
- Deputado Lebrão	- ausente
- Deputado Léo Moraes	- não
- Deputada Lúcia Tereza	- não
- Deputado Luizinho Goebel	- ausente
- Deputado Marcelino Tenório	- ausente
- Deputado Maurão de Carvalho	- não
- Deputado Ribamar Araújo	- não
- Deputada Rosângela Donadon	- não
- Deputado Saulo Moreira	- ausente
- Deputado Só na Bença	- não

O SR. ADELINO FOLLADOR – Mas com certeza a intenção, se o Governo do Estado quisesse vetar, ele poderia ter feito um Projeto de imediato, Deputado Aécio, e ter mandado junto, vetado e mandado de autoria do próprio Governo. O que eu não concordo é vetar uma ideia dessa e não andar, se tivesse vício de iniciativa por que o Governo do Estado não mandou então o Projeto e já combinando com o Deputado que ia acatar o veto do Governador, mas depois mandasse o Projeto nesse sentido.

A SRA. GLAUCIONE (2ª Secretária) – Líder, na hora que o senhor precisar fazer um encaminhamento, o povo não vai votar com o senhor meu líder, conserta esse negócio aí.

O SR. CLEITON ROQUE – Está certo, Deputada. Mas na realidade a orientação do Executivo foi justamente para a manutenção do Veto, alegando que foi o que o Deputado Adelino falou, compete ao Executivo legislar sobre esse assunto. A minha opinião, por exemplo, dentro da sala de aula o celular, a

utilização de outras ferramentas, ela atrapalha de fato. Mas isso compete ao próprio Executivo legislar sobre esta matéria. Agora, veja bem, eu votei contra o projeto do Deputado Ribamar, foi derrubado o Veto; votei contra o projeto do Deputado Jesuíno, ele foi derrubado. Se eu votasse favorável... É manter a posição exatamente que não foi derrubada a matéria e nós respeitamos, aqui é isso mesmo, a maioria prevalece e a maneira de pensar de cada um e cada um tem liberdade para votar de acordo com a sua consciência.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Vou proclamar o resultado.

Com um voto SIM, 15 não, contrários, está rejeitada a matéria. Vai ao Expediente.

Próxima matéria, senhora Secretária.

A SRA. GLAUCIONE (2ª Secretária) – VETO TOTAL Nº 028/15 DO PODER EXECUTIVO – MENSAGEM 145. Veto Total ao Projeto nº 099/15, de autoria do Deputado Dr. Neidson, que “Altera a ementa e acrescenta dispositivos à Lei nº 1.989, de 26 de novembro de 2008.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – O Veto tem o parecer da Comissão de Constituição e Justiça pela rejeição. Projeto de Lei de autoria do Dr. Neidson.

O SR. DR. NEIDSON – Só para explicar esse projeto.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – O Deputado Dr. Neidson vai explicar o projeto dele.

O SR. DR. NEIDSON – O Deputado Aécio da TV acaba também de colocar uma Lei que é para retirada do celular do aluno. Esse Projeto de Lei, já havia uma Lei proibindo o uso de celulares na sala de aula, que é a 1989, a Lei de 2008. Então, eu acrescentei dando poder ao professor para que possa, quando for pego o aluno usando celular, na primeira vez ele vai receber uma advertência junto, vai ser comunicado aos pais. E a segunda vez, reincidência, vai ter a suspensão e já coloquei a disciplina, o uso de redes sociais em órgãos públicos, devido que as pessoas, as pessoas que estão trabalhando às vezes usam as redes sociais para comunicação, mas não para o trabalho. Então, vai depender do chefe do setor para que possa autorizar para que seja usada, usar as redes sociais nos órgãos públicos como instrumento de trabalho e não como comunicação. E eu peço aos nobres Deputados que possam rejeitar o Veto também.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Deputado Dr. Neidson, até para não ter conflito, o senhor fala de celular, aqui fala de qualquer objeto. Então, não há específico do celular.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – O pedido do eminente Deputado Dr. Neidson é NÃO.

O SR. CLEITON ROQUE – Senhor Presidente, só para eu manter a posição e justificar aqui. Porque, na realidade, Senhor Presidente, não é só uma questão de guerra entre Executivo e

Legislativo, Deputado com Deputado, não é nada disso. Acho que a gente tem que de fato expor o que, qual é a argumentação jurídica por parte do Governo, que ele foi colocado aqui, o projeto traz matérias e ato de decisão privativa da instituição de ensino, as quais pertencem gestão administrativa, tornando inócua a intenção da matéria. A Lei Federal 9394/96, a Lei de Diretrizes de Educação, outorga às unidades escolares autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira. A própria Lei 1989, bem como as alterações propostas pela Lei, conflita com a tendência nacional e mundial de inclusão digital, a educação escolar é promover o uso de tecnologia de informação e comunicação na escola. A proibição de uso de celulares não promove o bem comum e muito menos melhora o desempenho do jovem. Então, essa é a posição do Executivo e para seguir minha linha de posicionamento eu vou votar pela manutenção do Veto nesta tarde, vou votar pelo SIM. Apesar de eu achar que não faz diferença.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Deputado Cleiton Roque, ele está falando questão de uso indevido.

A SRA. GLAUCIONE (2ª Secretária) – O Senhor vai perder a liderança aqui desse grupo, Deputado Cleiton Roque.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO - Deputado Cleiton, eu acho que essa assessoria do Governador está colocando o Executivo em situação difícil, ou eles não leem os projetos para vetar ou eles tomam a decisão, não dá para entender. Uma coisa é você vetar o uso indevido, está aí, é uso indevido. Aí os caras colocam que é uso de tecnologia...

O SR. JESUÍNO BOABAID – Vai atrapalhar, pelo amor de Deus!

O SR. LAERTE GOMES – Parabéns, Deputado Lazinho, isso é a certeza que a Assembleia não ia ler o projeto, ao chegar aqui ia passar, mas os Deputados mostram que estão atentos a cada projeto. Parabéns, Deputado Lazinho.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	- ausente
- Deputado Aécio da TV	- não
- Deputado Ailton Gurgacz	- ausente
- Deputado Alex Redano	- não
- Deputado Cleiton Roque	- sim
- Deputado Dr. Neidson	- não
- Deputado Edson Martins	- não
- Deputado Ezequiel Júnior	- não
- Deputada Glaucione	- não
- Deputado Hermínio Coelho	- não
- Deputado Jean Oliveira	- ausente
- Deputado Jesuíno Boabaid	- não
- Deputado Laerte Gomes	- não
- Deputado Lazinho da Fetagro	- não
- Deputado Lebrão	- ausente
- Deputado Léo Moraes	- não
- Deputada Lúcia Tereza	- não
- Deputado Luizinho Goebel	- ausente

- Deputado Marcelino Tenório	- não
- Deputado Maurão de Carvalho	- não
- Deputado Ribamar Araújo	- não
- Deputada Rosângela Donadon	- não
- Deputado Saulo Moreira	- ausente
- Deputado Só Na Bença	- não

Vou proclamar o resultado.

Com **01 voto SIM, 17 NÃO, está rejeitado o Veto.**

O SR. HERMÍNIO COELHO – Presidente, eu cheguei atrasado um pouco, eu só queria saber qual foi o argumento do Governo para vetar esse projeto?

O SR. JESUÍNO BOABAID – Ele está argumentando que a utilização do celular pode conflitar com a lei, com o decreto de tecnologia, tipo que o uso do celular...

O SR. HERMÍNIO COELHO – Não, porque eu vi um documentário, tem pesquisas, se não me engano, na Inglaterra, parece que foi feito em Pernambuco também, onde está comprovado que o celular na sala de aula atrapalha, e muito. Mas o problema é que esse Governo nosso aqui, o Governo de Rondônia, ele gosta mesmo é da zona, é da putaria, ele não gosta da coisa séria. Porque eu acho que se vetou, qual é o argumento para vetar? Porque o projeto é bom, sim. O projeto é muito bom e isso tem pesquisas sérias que dizem que o tal de celular prejudica, e muito.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Deputado Hermínio, o que eu acho gozado é uma cartilha que saiu aí, que o MEC mandou, que era para as Escolas, com insinuações de gênero, essas coisas. A sociedade, o Governo é contra, aí você libera o celular com internet, com tudo que é tipo de abertura para você ver tudo que não presta também, vê tudo que é bom, mas vê tudo que não presta também. Aí pode. Não dá para entender um troço desse.

O SR. AÉLCIO DA TV – Eu só queria fazer uma colocação. Às vezes as pessoas começam a achar que é bom, bom é largar a baderna, larga a baderna que é bom mesmo. Eu vou dar um exemplo: a minha filha estuda no Classe A, lá é proibido tudo. Qual que é melhor: o Classe A ou um que é tudo liberado, que pode tudo? É uma questão lógica que uma criança, se você larga um monte de crianças cada uma com um celular na mão, ela não vai prestar atenção na aula. O que esses projetos estão tendo, o meu projeto não fala de celular, o meu projeto é bem genérico, qualquer coisa que esteja atrapalhando. O grande objetivo é dar autoridade ao professor para que ele possa tirar do aluno ou recolher do aluno aquilo que está atrapalhando a aula. É tão simples. Agora, se achar que tem que liberar geral, deixa o cacete comer, cada um colocar uma música, cada um coloca um filme no celular e o pau quebra. Nós estamos simplesmente prejudicando as crianças, é o meu entendimento.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Próxima matéria, Secretária.

A SRA. GLAUCIONE (2ª Secretária) – VETO TOTAL Nº 29/15 DO PODER EXECUTIVO - MENSAGEM 146. Veto Total ao Projeto de Lei nº 123/15, de autoria do Deputado Edson Martins, dispõe sobre a obrigatoriedade da realização de concursos públicos para contratação de servidores públicos do Estado de Rondônia, e dá outras providências.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – O veto já se encontra com parecer pela manutenção do veto.

O SR. EDSON MARTINS – Bom, Deputado, eu vou pedir também o voto NÃO, pela rejeição do veto. Esse Projeto de Lei, ele trata sobre a remoção de servidores, sempre que o Estado for oferecer um concurso, antes do concurso, que ele dê oportunidade aos servidores que quiserem se mover de um Município para outro Município. É aquele pedido que sempre vem para o Deputado, o professor que quer vir de outro Município ou o servidor da Saúde, que o Estado não tem nenhum prejuízo. Para o Estado também, no momento que for abrir um concurso, que abra anterior a esse concurso a oportunidade de servidor civil ou militar remover dentro do Estado e preencher as vagas, aí depois, as vagas remanescentes, aí então que se promova o concurso público. Não sei se foi entendido, Deputado Jesuíno.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – O projeto é de autoria do Deputado Edson Martins, ele está fazendo a defesa e o encaminhamento do Deputado Edson é NÃO, não é?

O SR. EDSON MARTINS – O meu encaminhamento é NÃO.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Está aberta a votação.

O SR. LAERTE GOMES – O encaminhamento do Governo, Sr. Presidente, qual é?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Do Governo é SIM.

O SR. CLEITON ROQUE – Sr. Presidente, na realidade, a justificativa do Governo é que o projeto visa regulamentar hipótese que envolva todos os cargos em provimento do Estado de Rondônia entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, contrariando disposição constitucional estadual que trata de iniciativa de leis complementar e ordinária. Então, já tem legislação específica sobre isso aí e a orientação e o pedido é para que seja mantido o veto, voto SIM, desculpa aí o companheiro Deputado Edson Martins.

O SR. LAERTE GOMES – Deputado Cleiton, V. Exª ganhou um novo aliado, o Deputado Hermínio.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Eu voto SIM porque Deputado não tem nada que estar se metendo em negócio de concurso, não. Deputado tem que se preocupar com concurso da Assembleia, negócio do Estado é do Estado. Quem foi que apresentou aquele projeto lá da proibição do celular em sala de aula? Foi o Deputado Dr. Neidson. Deputado Dr. Neidson, esse projeto é muito importante, sim, mas era mais importante ain-

da antes de apresentar, e depois V.Exª pode reapresentar, chamando o Estado, a Secretaria de Educação, chamando os pais, chamando a sociedade para discutir numa audiência e depois da audiência manda o projeto, que daí talvez o Governo não vete mais. Mas é muito importante essa discussão e nós temos que voltar, é importante você lá na frente chamar uma audiência pública e discutir primeiro com o próprio Governo, com a Secretaria de Educação, com os pais e os alunos para que não venha mais sofrer o veto.

O SR. DR. NEIDSON – Com certeza, Deputado Hermínio, a lei já existia, só que não tinha a sanção da lei, era uma proibição do uso de celular em sala de aula, mas aí eu acrescentei, eu coloquei que o professor pode, juntamente com a secretaria da escola, emitir, na primeira vez que o aluno cometer a transgressão, na primeira incidência, ele vai ter uma advertência e, na segunda, ele pode ter uma suspensão já, isso todos comunicados aos pais também, e regulamentação de uso de redes sociais em órgãos públicos.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	- sim
- Deputado Aécio da TV	- não
- Deputado Airton Gurgacz	- ausente
- Deputado Alex Redano	- não
- Deputado Cleiton Roque	- sim
- Deputado Dr. Neidson	- não
- Deputado Edson Martins	- não
- Deputado Ezequiel Júnior	- não
- Deputada Glaucione	- não
- Deputado Hermínio Coelho	- sim
- Deputado Jean Oliveira	- ausente
- Deputado Jesuíno Boabaid	- não
- Deputado Laerte Gomes	- não
- Deputado Lazinho da Fetagro	- sim
- Deputado Lebrão	- ausente
- Deputado Leo Moraes	- não
- Deputada Lúcia Tereza	- não
- Deputado Luizinho Goebel	- ausente
- Deputado Marcelino Tenório	- sim
- Deputado Maurão de Carvalho	- não
- Deputado Ribamar Araújo	- não
- Deputada Rosângela Donadon	- não
- Deputado Saulo Moreira	- ausente
- Deputado Só Na Bença	- não

Vou proclamar o resultado: **Com votos 05 SIM, 14 NÃO, está rejeitado o veto. Vai ao Expediente.**
Próxima matéria, Senhora Secretária.

A SRA. GLAUCIONE (2ª Secretária) – VETO TOTAL Nº 030/2015 DO PODER EXECUTIVO - MENSAGEM 147. Veto Total ao Projeto de Lei nº 114/2015 do Deputado Léo Moraes, que dispõe sobre o auxílio e assistência do Estado às vítimas de violência, e dá outras providências.

O SR. LÉO MORAES – Presidente, derradeiro o nosso projeto, esse projeto diz respeito e foi elaborado juntamente com o Dr. Carlos Grott, que é o baluarte, referência em defesa dos direi-

tos humanos aqui no Estado de Rondônia, e diz respeito à assistência às vítimas de violência.

Na condição de Presidente da Comissão de Direitos Humanos, nós sempre comentamos que temos que defender os humanos direitos, e é exatamente isso que essa lei se propõe, para que dê assistência, já que existe psicólogo, existe terapeuta, existe todo esse quadro de servidores no Estado, do Governo do Estado de Rondônia, para que eles deem assistência total às vítimas de violência no Estado de Rondônia, e por conta disso eu conto com o apoio dos demais colegas. Muito obrigado.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Sr. Deputado Adelino Follador, pelas Comissões pertinentes, falta o parecer pela Comissão e Justiça, então o Deputado Adelino para emitir o parecer.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Veto Total nº 030/2015 ao projeto de lei do Deputado Léo Moraes, com certeza nós somos pela rejeição do veto em função de ser um projeto muito interessante, e pelas Comissões pertinentes somos de parecer favorável. Deputado Léo Moraes, sua intenção é muito boa e com certeza esse projeto vem colaborar com as vítimas de violência e para que o Estado assuma o seu compromisso. Obrigado.

É pela rejeição do veto pelas Comissões pertinentes.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em discussão e votação o parecer do Deputado Adelino Follador. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Aprovado o parecer.

Em votação o Veto. O painel já está aberto.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	- não
- Deputado Aécio da TV	- não
- Deputado Airton Gurgacz	- ausente
- Deputado Alex Redano	- não
- Deputado Cleiton Roque	- não
- Deputado Dr. Neidson	- não
- Deputado Edson Martins	- não
- Deputado Ezequiel Júnior	- não
- Deputada Glaucione	- ausente
- Deputado Hermínio Coelho	- não
- Deputado Jean Oliveira	- não
- Deputado Jesuíno Boabaid	- não
- Deputado Laerte Gomes	- não
- Deputado Lazinho da Fetagro	- não
- Deputado Lebrão	- ausente
- Deputado Leo Moraes	- não
- Deputada Lúcia Tereza	- ausente
- Deputado Luizinho Goebel	- ausente
- Deputado Marcelino Tenório	- ausente
- Deputado Maurão de Carvalho	- não
- Deputado Ribamar Araújo	- não
- Deputada Rosângela Donadon	- não
- Deputado Saulo Moreira	- não
- Deputado Só Na Bença	- não

**Com 18 votos NÃO, está mantido o Veto.
Está rejeitado com 18 votos contrários.
Vai ao Expediente.**

Próxima matéria, senhora Secretária.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Presidente, Questão de Ordem.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Só voltando ao Projeto anterior, que foi rejeitado o Veto do Executivo no Projeto do Deputado Edson Martins. Esse Projeto, ele regulamenta esse negócio da questão da remoção. É um Projeto que beneficia *nó cego*. O cara vai, o cara faz um concurso para uma cidade aonde a concorrência é menor, aí quando passa já quer vir escolher a cidade. É como eu falei, Deputado Edson, é o tipo de Projeto, por isso que eu votei contra, porque quantas pessoas aqui em Porto Velho, mesmo na hora de fazer o concurso, faz para Bandeirantes, para Extrema. Quando passa, antes mesmo de assumir, já está procurando um Vereador, ou um Secretário ou um Deputado, um padrinho para vir para cá. Por isso, Deputado Adelino, que eu acho, primeiro que é inconstitucional esse Projeto, primeiro esse Projeto é inconstitucional, esse Projeto do Deputado Edson que foi mantido o Veto.

O SR. EDSON MARTINS – Já passou, Deputado Hermínio. Aquele lá a remoção é após o período probatório, é lá na frente alguém com problema de saúde, filho que tem que estudar ou depois de 10 anos lá.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Aqui, para se levar vantagem, eles matam até a mãe, matam até a mãe. Que doença eles inventam todo tipo de doença para poder justificar alguma...

A SRA. LÚCIA TEREZA – O Deputado agora justificando.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Nós deveríamos estar cortando essas coisas, inclusive que perturba a vida do político, fica criando mais brechas, Deputado Saulo, para eleitor, para pessoas oportunistas ficarem enchendo o saco e querendo levar vantagem em tudo.

A SRA. GLAUCIONE (2ª Secretária) – VETO TOTAL Nº 031/15 DO PODER EXECUTIVO, MENSAGEM 148. Veto Total ao Projeto de Lei nº 44/15 do Deputado Maurão de Carvalho, que autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa de Prevenção à Epilepsia e Assistência Integral às pessoas com Epilepsia no Estado de Rondônia e dá outras providências.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Qual a orientação, senhor Presidente?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Veto pela Comissão de Justiça. Votaram aqui o parecer contrário ao meu Projeto, pela rejeição.

O SR. JESUÍNO BOABAID – É pela rejeição, Presidente. O senhor quer que mantenha o Veto?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Todos os Deputados hoje aqui conseguiram aprovar, derrubar os Vetos, o meu hoje está aqui. Os outros que vieram antes derrubaram tudo. Não respeitaram, não me deram nem o prestígio e votaram.

O SR. CLEITON ROQUE - Senhor Presidente, antes de o senhor colocá-lo em votação, só justificar aqui, porque, na realidade, a matéria, ela trata, é de competência exclusiva do Poder Executivo. Tendo em vista que a sua exposição traz obrigações que afetam a organização e o funcionamento da administração pública, em especial a SESAU. Então, o Veto do Executivo foi justamente porque o Programa, ele implica em competência que é do Executivo, por isso que eu vou votar pela manutenção do Veto.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Eu peço aos Deputados, o projeto é de muita importância.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Eu dou o parecer favorável porque eu acho que o Governo já tinha a oportunidade então de mandar um projeto nesse sentido para contemplar, mas não achar que é vício de iniciativa. O Governo do Estado deveria ter mandado o Projeto para que a gente acatasse o Veto e que votasse no Projeto do Executivo. Mas com certeza o Deputado, o Presidente desta Casa, Deputado Maurão, está lutando por uma categoria que é muito importante. Por isso que o meu Parecer foi pela rejeição do Veto.

A SRA. GLAUCIONE (2ª Secretária) – Presidente, eu já votei aí acompanhando o seu voto, até porque eu não voto contra Deputado.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Não, eu votei 'não' porque, mas nisso aí o Governo não deixa de ter razão, não. Isso aí não é competência de Deputado mesmo não, eu acho que não precisa de lei específica para o Governo cuidar da Saúde e das pessoas que têm problema no Estado. Não precisava de Lei se nós tivéssemos Governo. Se nós tivéssemos Governo que tivesse respeito ao povo, não precisaria de lei específica. Agora quer fazer uma Lei para cada tipo de problema do cidadão, das pessoas. Primeiro, que não caberia, eu acho, que eu também concordo que seja, que nós estamos invadindo a autonomia que seria, no caso, do Governo de legislar sobre essa questão e não precisava de uma Lei, eu acredito que para cuidar do problema da saúde não precisava de uma Lei específica. Mas sendo assim, Presidente, votei não, apesar de que ele não vai cumprir mesmo, o Governo não vai cumprir.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	- não
- Deputado Aécio da TV	- não
- Deputado Airton Gurgacz	- ausente
- Deputado Alex Redano	- não
- Deputado Cleiton Roque	- sim
- Deputado Dr. Neidson	- não
- Deputado Edson Martins	- não

- Deputado Ezequiel Júnior	- não
- Deputada Glaucione	- não
- Deputado Hermínio Coelho	- não
- Deputado Jean Oliveira	- não
- Deputado Jesuíno Boabaid	- não
- Deputado Laerte Gomes	- ausente
- Deputado Lazinho da Fetagro	- não
- Deputado Lebrão	- ausente
- Deputado Léo Moraes	- não
- Deputada Lúcia Tereza	- não
- Deputado Luizinho Goebel	- ausente
- Deputado Marcelino Tenório	- ausente
- Deputado Maurão de Carvalho	- não
- Deputado Ribamar Araújo	- ausente
- Deputada Rosângela Donadon	- não
- Deputado Saulo Moreira	- não
- Deputado Só Na Bença	- não

Com 01 voto SIM, 17 votos NÃO, está rejeitado o Veto. Vai ao Expediente.

Próxima matéria, Senhora Secretária.

A SRA. GLAUCIONE (2ª Secretária) – Parabéns, Presidente, venceu esta batalha.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Faz tempo que não aprova um projeto desses.

A SRA. GLAUCIONE (2ª Secretária) – Faz tempo que o senhor não consegue avançar nos seus projetos.

REQUERIMENTO DO DEPUTADO LÉO MORAES. Requer à Mesa Diretora a realização de Audiência Pública no Distrito de União Bandeirantes, Município de Porto Velho, a ser realizada no dia 02 de outubro de 2015, às 10:00 horas, com o objetivo de debater sobre o Processo de Reintegração/Manutenção de Posse da área de Terra do Conti.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em discussão e votação o Requerimento do Deputado Léo Moraes. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

Está aprovado.

Próxima matéria, Senhora Secretária.

A SRA. GLAUCIONE (2ª Secretária) – Encerradas as matérias da Ordem do Dia, Senhor Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Encerrada a Ordem do Dia, passamos às Comunicações Parlamentares. Não há Oradores inscritos.

E nada mais havendo a tratar, invocando a proteção de Deus, e antes de encerrar esta presente Sessão, convoco uma Sessão Extraordinária para em seguida, com a finalidade de aprovar as seguintes matérias...

O SR. JESUÍNO BOABAID – Presidente, Questão de Ordem. Presidente, Questão de Ordem.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Deputado Jesuíno.

O SR. JESUÍNO BOABAI – Eu gostaria de saber o seguinte: que se está colocando esta matéria, está sendo aplicado o artigo 237, se é de grande relevância essa matéria ou inadiável ou de interesse estadual. As matérias que vão ser discutidas, agora todas têm parecer e se é de grande relevância e se é inadiável? Porque se não for, eu peço que, aí está descumprindo o artigo 237 do Regimento Interno. E se houver, eu quero a justificativa das pessoas interessadas das Comissões Pertinentes que justifiquem, conforme dispõe o artigo 244 do Regimento Interno.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Corrigindo, e nada mais havendo a tratar, invocando a proteção de Deus, e antes de encerrar a Sessão Ordinária, convoco Sessão Ordinária para o dia 09 de setembro, no horário regimental, amanhã às 09:00 horas. Deixar para amanhã que aí amanhã discutimos melhor esse projeto.

(Encerra-se esta Sessão às 18 horas e 46 minutos)

**ATA DA 53ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA
DA 9ª LEGISLATURA**

Em 08 de Setembro de 2015

**Presidência do Sr.
MAURÃO DE CARVALHO - Presidente**

**Secretariado pela Sra.
GLAUCIONE - 2ª Secretária**

(Às 18 horas e 50 minutos é aberta a Sessão.)

DEPUTADOS PRESENTES: Adelino Follador (DEM), Aécio da TV (PP), Alex Redano (SD), Cleiton Roque (PSB), Edson Martins (PMDB), Ezequiel Júnior (PSDC), Glaucione (PSDC), Jean Oliveira (PSDB), Jesuíno Boabaid (PT de B), Laerte Gomes (PEN), Lázinho da Fetagro (PT), Leo Moraes (PTB), Lúcia Tereza (PP), Rosângela Donadon (PMDB), Saulo Moreira (PDT) e Só Na Bença (PMDB).

DEPUTADOS AUSENTES: Airton Gurgacz (PDT), Dr. Neidson (PT de B), Herminio Coelho (PSD), Lebrão (PTN), Luizinho Goebel (PV), Marcelino Tenório (PRP), Maurão de Carvalho (PP) e Ribamar Araújo (PT).

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Sob a proteção de Deus, em nome do povo rondoniense, declaro aberta a 53ª Sessão Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa da 9ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia. Solicito à senhora Secretária proceder à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior.

A SRA. GLAUCIONE (2ª Secretária) – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Está dispensada a leitura da Ata da Sessão anterior e determino a sua publicação no Diário da Assembleia Legislativa.

Passamos à Ordem do Dia. Solicito à Senhora Secretária que proceda à leitura das matérias a serem apreciadas.

A SRA. GLAUCIONE (2ª Secretária) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAI. Requer a criação de Comissão Temporária Especial destinada a apurar a convocação de servidores de cargo comissionado do Estado de Rondônia que foram obrigados a fazer empréstimos no total de um milhão e meio de reais, com a finalidade de pagamento de honorários advocatícios decorrentes do processo de cassação do Governador Confúcio Moura.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em discussão e votação o Requerimento do Deputado Jesuíno Boabaid. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

Está aprovado. Vai ao Expediente.
Próxima matéria, senhora Secretária.

A SRA. GLAUCIONE (2ª Secretária) – PROJETO DE LEI Nº 048/2015 DA DEPUTADA GLAUCIONE. Dispõe sobre a presença de *Doulas* durante o trabalho de parto e pós-parto imediato, nas maternidades, casas de parto e estabelecimentos hospitalares congêneres da rede pública e privada do Estado de Rondônia.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – O Projeto já está com parecer das Comissões. Projeto de Lei Ordinária nº 048/15. Em primeira discussão e votação. Projeto com emenda. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

Está aprovado em primeira discussão e votação.
Vai à segunda discussão.
Próxima matéria, senhora Secretária.

A SRA. GLAUCIONE (2ª Secretária) – REQUERIMENTO DA DEPUTADA GLAUCIONE, senhor Presidente. Requeiro à Mesa, nos termos do parágrafo único do artigo 199 do Regimento Interno, seja dispensado o interstício regimental para apreciação em segunda discussão e votação do Projeto nº 048/15.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em discussão o Requerimento da Deputada Glaucione. Em discussão e votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

Está aprovado.
Próxima matéria, senhora Secretária.

A SRA. GLAUCIONE (2ª Secretária) – Encerradas as matérias da Ordem do Dia, Senhor Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Nada mais havendo a tratar, invocando a proteção de Deus, e antes de encerrar a presente Sessão, convoco Sessão Extraordinária, no prazo de um minuto, para apreciar em segunda discussão e votação a matéria aprovada nesta Sessão. Está encerrada a Sessão.

(Encerra-se esta Sessão às 18 horas e 54 minutos).

**ATA DA 54ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA
DA 9ª LEGISLATURA**

Em 08 de setembro de 2015

**Presidência do Sr.
MAURÃO DE CARVALHO - Presidente**

**Secretariado pela Sra.
GLAUCIONE 2ª Secretária**

(Às 18 horas e 55 minutos é aberta a Sessão.)

DEPUTADOS PRESENTES: Adelino Follador (DEM), Aécio da TV (PP), Alex Redano (SD), Cleiton Roque (PSB), Dr. Neidson (PT do B), Ezequiel Júnior (PSDC), Glaucione (PSDC), Jesuíno Boabaid (PT de B), Laerte Gomes (PEN), Lázinho da Fetagro (PT), Leo Moraes (PTB), Lúcia Tereza (PP), Marcelino Tenório (PRP), Maurão de Carvalho (PP), Rosângela Donadon (PMDB), Saulo Moreira (PDT) e Só Na Bença (PMDB).

DEPUTADOS AUSENTES: Ailton Gurgacz (PDT), Edson Martins (PMDB), Hermínio Coelho (PSD), Jean Oliveira (PSDB), Lebrão (PTN), Luizinho Goebel (PV) e Ribamar Araújo (PT).

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Havendo número legal, sob a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta a 54ª Sessão Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa da 9ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Solicito à Senhora Secretária que proceda à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior.

A SRA. GLAUCIONE (2ª Secretária) – Peço a dispensa da leitura da Ata.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Está dispensada a leitura da Ata da Sessão anterior e determino a sua publicação no Diário da Assembleia Legislativa.

Passamos à Ordem do dia. Solicito à Senhora Secretária que proceda à leitura das matérias a serem apreciadas.

A SRA. GLAUCIONE (2ª Secretária) – PROJETO DE LEI Nº 048/15 DA DEPUTADA GLAUCIONE, que dispõe sobre a presença de *Doulas* durante o trabalho de parto, parto e pós-parto imediato, nas maternidades, casas de parto e estabelecimentos hospitalares congêneres, da rede pública e privada do Estado de Rondônia.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em segunda discussão e votação o Projeto de Lei nº 048/15. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

Está aprovado. Vai ao Expediente.

E nada mais havendo a tratar, invocando a proteção de Deus e antes de encerrar a presente Sessão, convoco Sessão Ordinária para o dia 09 de setembro no horário regimental, às 09 horas.

Está encerrada a Sessão.

(Encerra-se esta Sessão às 18 horas e 56 minutos).

ADVOCACIA GERAL

**EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO
AO CONTRATO Nº 11/ALE/RO/2014
Processo nº 1220/2014-14**

Contratante: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO – ALE/RO

Contratada: CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA S.A. - CERON

OBJETO: Fornecimento de Energia Elétrica, em Média Tensão, com Aplicação da Tarifa Horosazonal Verde, Subgrupo A4.

PRAZO: Com a assinatura do presente Termo Aditivo a vigência do Contrato nº 11/2014 de 01/09/2014 será de 01/09/2015 à 31/08/2016.

VALOR: Com o presente Termo Aditivo o valor global estimado do contrato permanecerá de R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais).

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

PI _____

Elementos: 339039

Prog. Trabalho: 01122102020620000

Fonte: 0100000000

NE: 2015NE00827

E, por estarem justas e contratadas, assinam as partes o presente Contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma e para um só efeito de direito, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Porto Velho, 10 de agosto de 2015

Consumidor: Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia
Deputado Mauro de Carvalho - Presidente
Arildo Lopes da Silva – Secretário-Geral

Distribuidora: **Antônia Ferraz Ribeiro de Carvalho**
Assistente da Diretoria Comercial

João Cleveland Cavalcante Azevedo Picanço
Superintendente de Operação

Visto:

Celso Ceccatto

Advogado-Geral – ALE/RO

SEC. DE PLAN. E MOD. DA GESTÃO

PORTARIA Nº 015 SPMG-ALE/2015

Porto Velho, 21 de setembro de 2015.

Ajusta o Quadro de
Detalhamento da Assembléia
Legislativa do Estado de
Rondônia

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais e conforme autorização contida na Lei nº 3.497, de 29 de dezembro de 2014, § 1º, do Artigo 8º, Lei Orçamentária Anual.

RESOLVE:

Art. 1º Promover Ajuste necessário ao Quadro de Detalhamento da Despesa, para atender as necessidades, conforme abaixo:

Código	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte de Recurso	Valor
AJUSTE NEGATIVO				
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE				
ASSEGURAR A REMUNERAÇÃO PESSOAL CIVIL ATIVO E				
01.001.01.122.1020.2063	ENCARGOS SOCIAIS	3.1.90.11	100	400.000,00
TOTAL				400.000,00

Código	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte de Recurso	Valor
AJUSTE POSITIVO				
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE				
RONDONIA				
ASSEGURAR A REMUNERAÇÃO PESSOAL CIVIL ATIVO E				
01.001.01.122.1020.2063	ENCARGOS SOCIAIS	3.1.90.94	100	400.000,00
TOTAL				400.000,00

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arildo Lopes da Silva
Secretária Geral

Deputado Mauro de Carvalho
Presidente